

**ATA N.º 6**

**Sessão Ordinária em fevereiro**

**Reunião em 23/2/2026**

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sua sede, sita na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Luís Miguel Capão Filipe, secretariada pelo Primeiro Secretário Manuel Augusto da Cruz Cartaxo e pela Segunda Secretária Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, e com a presença dos vogais Ana Salomé Mendes Ferreira, Sónia Patrícia Pinto Gomes, Joaquim Manuel da Silva Marques, Leonardo Emanuel Cristino Maio, Arlindo José Vieira Tavares, Armando Oliveira Peres, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Rui António Alves Amado Cordeiro, Carolina Isabel da Silva Santos, Pedro Manuel Pericão Mónica, Emília Cristina da Cunha Gonçalves, Óscar Emanuel Ratola Branco, Miguel António Costa da Silva, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Ana Carlota Teixeira Lopes Ferreira Braga, Ana Maria da Cunha Loura Oliveira, Armando Carlos da Silva Grave, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Matilde Cardoso Pereira Soares Machado, Cláudia Manuela Mesquita da Rocha, Diogo Nuno Pereira Gomes, Cláudia Maria Cruz Santos, Fernando Manuel Martins Nogueira, Rosa Maria Monteiro Venâncio, João Manuel Ferreira Ribeiro, Rosa Maria Tavares Santos Aparício, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Sara Sandra Resende Tavares, João Paulo de Moraes Sarmiento Costa, Catarina Maria Dias Pinheiro Peralta Feio, Bruno José das Neves Ferreira e Bruno Miguel dos Santos Fonseca.

Pela Câmara Municipal estiveram presentes o seu Presidente Luis Manuel Souto de Miranda e os Srs. Vereadores Rui Manuel Domingues Santos, Ana Cláudia Pinto Oliveira, Pedro Manuel Correia de Almeida, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, Rui André Alves Castilho Dias, Maria Isabel Pereira Lopes Vila-Chã e Diogo Manuel Santos Soares Machado.

Faltaram os Sr. Vereador Leonardo Dinis Oliveira Costa.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Segunda Secretária da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da sessão do Vogal Armando

Manuel Diniz Vieira, pela sucedânea nas listas de candidatura, respetivamente, Ana Salomé Mendes Ferreira.

Ainda nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que as Presidentes de Junta de Freguesia Catarina Marques da Rocha Barreto e Sara Alexandra Reis da Rocha se fizeram substituir nesta sessão por Sandra Sindão Monteiro e Daniel João Bastos Gomes das Neves, respetivamente.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida na subunidade de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, dando nota da mais importante e informando os Senhores Deputados que a desejarem consultar, a mesma se encontra disponível nos Serviços para consulta.

(As sessões, nos termos regimentais, têm como suporte o registo áudio de todas as intervenções)

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Prosseguindo o Presidente da Mesa deu início ao Período Regimental de Antes da Ordem do Dia, solicitando aos Grupos Municipais que indicassem quais os vogais que iam intervir neste ponto.

O Presidente da Mesa deu a palavra aos Senhores Membros da Assembleia.

#### **Membros da Assembleia**

**Vogal Bruno Miguel dos Santos Fonseca (LIVRE)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [07](#)

*“Permitam-me começar com uma breve nota de tema nacional que tem hoje impacto direto no nosso concelho, a crise da habitação ou a contínua crise da habitação. O debate faz-se muitas vezes em Lisboa, mas os efeitos sentem-se cada vez mais em cidades médias como a nossa. Os dados mais recentes confirmam aquilo que os aveirenses já sabem no dia a dia, os preços de compra e de arrendamento continuam a subir a um ritmo muito superior aos seus rendimentos. Isto não é apenas um problema social, é um problema económico e demográfico para o território. Quando os jovens qualificados não conseguem viver onde estudaram e trabalham, o país perde coesão e Aveiro perde capacidade de fixação de talento. Por isso, as políticas nacionais de habitação só serão eficazes se tiverem tradução local correta e aqui o Município tem responsabilidades que não pode adiar. Aveiro tem condições financeiras, tem instrumentos urbanísticos e tem terrenos. O que falta, cada vez mais claramente, é prioridade política para a habitação acessível.”*

**Vogal Cláudia Manuela Mesquita da Rocha (IL)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [08](#)

*“Nas últimas semanas, Portugal foi atingida por um ciclo intenso de intempéries que colocou à prova a capacidade de resposta do país. Ventos extremos e precipitação prolongada deixaram um rasto de destruição de norte a sul. Falamos de florestas devastadas, habitações e empresas danificadas, infraestruturas comprometidas, estradas cortadas, inundações e, tragicamente, vidas perdidas. Com estes eventos ficaram expostas fragilidades na coordenação e na antecipação da resposta. Em vários pontos do território, a articulação entre entidades foi lenta e a mobilização de meios, feita sobre pressão, ampliou os prejuízos que recaem sobretudo sobre as famílias e as empresas. A cada catástrofe há também um custo menos visível, o custo de oportunidade. Cada euro gasto a reconstruir, a reparar é um euro que deixa de ser investido em inovação, modernização e serviços públicos. Reconstruir hoje é indispensável, é obrigatório, mas prevenir é sempre melhor e é decisivo para proteger o país e o desenvolvimento que tanto precisa. Refletindo sobre o nosso Município, Aveiro não esteve no epicentro, mas não ficou imune aos efeitos destas tempestades. Registaram-se inundações pontuais, cortes em vias, habitações que perderam telhados. Pergunto qual é a avaliação que se faz dos danos e das perdas que se verificaram no Município na sequência destes eventos e quais os encargos adicionais de reparação e reconstrução que já estão identificados? E, tão importante como reconstruir, quais foram as aprendizagens que foram retiradas com o que aconteceu nos municípios vizinhos? Se, desta vez, Aveiro escapou à maior severidade que outras regiões enfrentaram, devemos agradecer à sorte, mas não podemos contar com ela numa próxima vez. Vê o Município necessidade de reforçar o seu plano municipal de emergência de proteção civil? A preparação não pode ser episódica, mas deve ser contínua e estrutural. Os eventos recentes não são um aviso, são já um alerta. Não podemos impedir tempestades, mas se colocarmos a prevenção no centro das decisões, estaremos mais preparados para o futuro. É esse o compromisso responsável que os aveirenses esperam de nós. Não posso deixar de referir o estado preocupante de inúmeras estradas e arruamentos por todo o concelho. Buracos, abatimentos e pavimentos degradados multiplicam-se. Sabemos que as condições meteorológicas adversas dificultam as intervenções imediatas e os trabalhos de pavimentação. Contudo, não depende do estado do tempo, adequada sinalização e advertência para peões e condutores. Bem sabemos que o tema do estado das vias tem sido muito recorrente, tanto nas reuniões de Câmara e nas reuniões da Assembleia, mas há uma questão que não vimos ainda a florada e que merece, no mínimo, uma reflexão. Qual é a responsabilidade das empreitadas realizadas nos últimos anos, algumas delas requalificações recentes, face à degradação já visível. São exemplos disso a estrada de Vilar, a rua Almirante Cândido dos Reis, a própria avenida Artur Ravara que não sendo assim tão recente, gostaríamos de saber se já ponderou então o Executivo alguma relação entre as obras recentes e os sinais de degradação destas obras que já são visíveis. A boa gestão dos recursos públicos implica não apenas investir, mas garantir e assegurar qualidade e durabilidade.”*

**Vogal Matilde Cardoso Pereira Soares Machado (CHEGA)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [09](#)

*“No período antes da ordem do dia, importa fazer a ponte daquilo que se discute a nível nacional e a realidade concreta vivida por nós aqui, aveirenses. Recentemente, os portugueses foram chamados às urnas para eleger o Presidente da República. Uma eleição que começou com onze candidatos e que rapidamente se transformou num cenário político, por muitos descritos como nove contra um. Apesar de tentativas de isolamento político de um candidato, o candidato apoiado pelo Partido CHEGA, foi o povo livre e soberanamente quem decidiu. Mais preocupante do que o resultado foi, contudo, a tentativa de rotular esse candidato como antidemocrático. Este tipo de adjetivação, fácil e perigosa, não dignifica o debate público, mas importa dizer mais. Esta tentativa de rotulagem não atingiu apenas um candidato, atingiu também todos aqueles que nele confiaram o seu voto. Foram cerca de 1.700.000 pessoas que escolheu legitimamente e democraticamente. E, assim, é profundamente preocupante numa democracia, pois numa democracia não existe votos nem de primeira e, muito menos, votos de segunda. Há escolhas livres e cidadãos ainda mais livres. A democracia não se protege excluindo, protege-se respeitando o voto popular e a polaridade de opiniões. Num Estado de Direito, o contraditório combate-se com argumentos e não com rótulos. Mas, regressando ao plano local, se o clima nacional influencia o debate político, é aqui no plano local que sentimos verdadeiramente os problemas e em Aveiro existe uma problemática que não podemos continuar a ser ignorada, a crise da habitação. No que toca à habitação, a realidade é clara, comprar casa tornou-se incomportável para muitos, arrendar é para a grande maioria dos jovens praticamente impossível. Casais trabalhadores veem-se afastados do centro urbano, famílias ponderam sair do concelho. Aveiro não pode crescer à custa da expulsão silenciosa dos seus próprios residentes. O desenvolvimento tem que ser acompanhado por uma oferta acessível, por planeamento responsável e por políticas municipais que priorizem quem vive cá. Assim, iremos propor em sede de reunião de Câmara, a criação de uma unidade de missão para as políticas de habitação sustentável, com objetivo primeiro de dar início a uma verdadeira política de habitação que combata o flagelo da habitação que vivemos em Aveiro. Senhor Presidente, a democracia começa no respeito pelo voto popular, mas consolida-se na capacidade de resolver problemas concretos. Os aveirenses querem conseguir pagar uma casa, querem circular com eficiência, querem sentir que o crescimento do seu concelho também os inclui. Menos rótulos, menos ruído mediático, mais soluções reais.”*

**Vogal Gonçalo Nuno Caetano Alves (CDS-PP)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [10](#)

*“Usamos da palavra em nome desta bancada para expressar uma clara e sentida solidariedade e apoio para com as populações, especialmente a de Leiria, duramente atingidas pelos recentes episódios de mau tempo que provocaram prejuízos materiais significativos, perturbações na vida das famílias e danos em infraestruturas públicas e privadas. Nestes momentos, a política deve ser, antes de mais, expressão de comunidade. Quando a força da natureza ultrapassa a normalidade e ameaça a segurança, os bens e a tranquilidade das populações, o primeiro dever dos representantes eleitos é afirmar proximidade, responsabilidade e cooperação institucional. As cheias e intempéries que*

*atingiram aquelas regiões recordam-nos duas realidades essenciais. A primeira é a vulnerabilidade crescente dos territórios perante fenómenos meteorológicos extremos. As alterações climáticas deixaram de ser uma abstração académica para se tornarem um desafio concreto de proteção civil, ordenamento do território e investimento público. Cuidar da natureza, respeitar o planeta e proteger as gerações futuras não é um slogan, é uma exigência ética e política que implica a prevenção, planeamento e capacidade de resposta. A segunda realidade é a importância das instituições e das comunidades locais. Nestes dias difíceis, voltamos a assistir ao empenho incedível da proteção civil, dos bombeiros, das forças de segurança, de forças militares, dos autarcas e de tantos cidadãos anónimos que, com sentido de missão, protegeram vidas e minimizaram danos. É nestes momentos que o Estado de Direito e o poder local democrático demonstram a sua utilidade concreta. A nossa solidariedade não é meramente retórica. Ela traduz-se no reconhecimento de que a reconstrução exige meios, coordenação e rapidez de decisão. Exige, naturalmente, que o Governo e as entidades competentes assegurem mecanismos céleres de apoio às famílias, às empresas e às autarquias afetadas, para que a recuperação económica e social não seja comprometida por demoras burocráticas. Enquanto representantes autárquicos, sabemos que a coesão territorial se constrói também na adversidade. Hoje são Leiria, enfim, os vários territórios afetados, amanhã poderá ser qualquer outro ponto do país. Nós não fomos por sorte. A unidade nacional manifesta-se precisamente quando compreendemos que a segurança e o bem-estar de cada comunidade são um bem comum. Termino reiterando a nossa solidariedade institucional e humana para com as populações afetadas, o nosso reconhecimento pelo trabalho das forças de proteção e socorro, a nossa convicção de que a prevenção, o planeamento e a responsabilidade pública devem ser reforçados para enfrentar desafios futuros. Porque as pessoas estão antes das estruturas, antes das divergências políticas e antes das circunstâncias. E, é nesta prioridade a dignidade das pessoas e a proteção das comunidades que deve assentar a ação pública.”*

**Vogal Jorge Miguel da Rocha Gonçalves (PS)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [u](#)

*“Escolhi são Jacinto, Senhor Presidente, porque se há no concelho de Aveiro o impacto das intempéries é em São Jacinto. Explicarei do ponto de vista estrutural porque é que tal ocorreu e depois comunicarei para a concelhia e farei uma interpretação extensiva em relação à concelhia. Senhor Presidente da Assembleia, hoje viver em São Jacinto, é viver uma freguesia completamente periférica do concelho. Deve lembrar-se, aliás, que os executivos do PSD-CDS são peritos em transformar em periféricas as localidades, tal como aconteceu no sul do país, Nariz e Requeixo. Em todas elas, a maioria fez promessas para ganhar as eleições. Promessas que não cumpre, habitualmente, desertificando as regiões empobrecendo as populações. São Jacinto é a freguesia que mais habitantes perdeu nos últimos anos, com problemas estruturais nomeadamente nos acessos e nos transportes. Lembramos aqui uma tese de mestrado de 2016 que salientava que a falta de mobilidade, a falta de acessibilidade e de serviços não permitiria o desenvolvimento económico e turístico da Freguesia, restando como forma de sustentabilidade as*

modalidades pendulares para o acesso à educação e ao emprego. No entanto, em 2016, aquela conclusão ainda não levava em conta as valências e equipamentos que hoje já não existem. Referimo-nos à Aveiro Digital, que permitiu acesso gratuito à internet na Junta de Freguesia, à receção de bombeiros e ao parque campismo, por exemplo. Tudo desapareceu. Gostaria que a comunicação social, que deve estar aqui presente, desse o devido realce a estes problemas desta Freguesia, hoje periférica. Como dizia um habitante há dias ao falar comigo, dizia, por via rodoviária, pela estrada nacional 327, para comprar um parafuso preciso de percorrer 13 quilómetros até à Torreira. Para registar o totoloto ou comprar um jornal, tenho que percorrer os mesmos 13 quilómetros. É, realmente uma região absolutamente periférica, ao ponto de uma agência bancária ou uma ambulância está precisamente a 23 quilómetros. Mas se for um hospital, ou uma urgência hospitalar já está a 50 quilómetros. Há 2 anos dizia a Câmara Municipal que com o nobel ferry boat, Salicórnia, iria ocorrer uma redução das falhas de serviço e uma elevação do nível da qualidade. Ora, os habitantes e até as entidades oficiais relatam que o número de falhas cresceu, o nível de qualidade desceu. O ferry boat é, efetivamente, um sinónimo de enigma e de complicações. Naturalmente que um dos problemas que nós verificamos aqui é os danos provocados pelas intempéries, mas perante a inexistência de viabilidade deste transporte, responde o Senhor Doutor Luís Souto, Presidente da Câmara, que a responsabilidade é toda do concessionário, lê-se, Transdev, embora a Câmara seja um dos parceiros principais da gestão deste fenómeno. Numa petição de 2024, Senhor Presidente, petição esta feita pelos cidadãos, que nunca obteve resposta da parte do Executivo ou um atendimento, dizia-se que no ferry o acesso ao piso dos passageiros é feito por escadas exteriores que dificultam a locomoção de idosos e de pessoas com dificuldades. Esses problemas mantêm-se e estávamos a falar de 2024. A Freguesia de São Jacinto é periférica. O Partido Socialista está muito preocupado com a crescente secundarização e marginalização de São Jacinto e com o atraso económico e social da sua população. Este carácter periférico foi mais notório nesta conjuntura de depressão atmosférica, porque isolou ainda mais esta freguesia. O plano municipal de ação climática de Aveiro identifica São Jacinto como um território de intervenção prioritária, sendo a zona do concelho mais exposta aos riscos de subida do nível médio do mar, erosão costeira e, naturalmente, galgamentos e cenário de tempestade. A vulnerabilidade é natural, mas também social. Neste âmbito, Senhor Presidente, há 35% dos alojamentos sem qualquer sistema de aquecimento e uma população muito envelhecida. Pergunta-se se esta é a nossa linha de frente quanto à subida do nível do mar? No entanto, que o plano revela que uma em três casas da freguesia não tem aquecimento, como vai o Município conciliar as obras de engenharia costeira com o combate urgente à pobreza energética desta população isolada? No projeto de autossuficiência energética para São Jacinto é para executar nesta década ou apenas uma avaliação de razoabilidade?”

**Vogal Joaquim Manuel da Silva Marques (PPD/PSD)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [12](#)

“Nesta intervenção queria começar por dar nota e relevo à eleição do novo Presidente da República, Dr. António José Seguro. E, este relevo é baseado no facto de ter sido o

*Presidente eleito com maior número de votos expressos em urna na história da democracia portuguesa e nas eleições para o Presidente da República. Neste último mês, o Município de Aveiro foi marcado por acontecimentos com impacto estrutural, mais do que de mediático, dos quais se destacam três eixos principais: eventos climáticos adversos, alteração da liderança do Porto de Aveiro e eventos culturais e tradicionais que temos como um ativo crítico para a economia regional e para a internacionalização da economia de Aveiro. Eventos culturais internacionais, dizia eu, com este impacto nesta economia. Estes fatores em conjunto influenciam diretamente a competitividade económica, a atratividade do território e, pensamos nós, a eficácia da governação local. Mas vamos por partes. Quanto às condições meteorológicas adversas que se verificaram nos últimos tempos. Um ponto prévio aqui para enviar daqui uma mensagem de solidariedade para com todos os que sofreram os impactos negativos destas últimas tempestades, particularmente os nossos concidadãos da região do centro, nomeadamente Leiria e Coimbra, sendo certo que mais zonas do país o tiveram, mas não com a gravidade destes dois espaços em concreto. Isto trouxe alguns impactos quer a nível operacional, quer a nível estratégico da governação do nosso território. Foi um tal de alertas municipais e da proteção civil para a prevenção para este tipo de episódios de chuva intensa e vento mais do que forte, fortíssimo. Criaram e desenvolveram condicionamentos de circulação rodoviária com impactos pontuais, inclusivamente em infraestruturas e serviços públicos. Isto implica o reforço da necessidade de um planeamento urbano que seja resiliente. O impacto direto nos custos logísticos, na fiabilidade das cadeias de abastecimentos regionais que influencia, e de que maneira, a perceção do povo face à segurança e a confiança institucional por parte destes. Quanto à nova liderança do Porto de Aveiro, a nomeação da nova direção do Porto de Aveiro, recentemente empossada, conduz a uma abertura de um novo ciclo de governação desta entidade num dos principais ativos económicos da nossa região. O potencial que se antevê da nova reorientação estratégica portuária, assente em três eixos fundamentais, a questão da eficiência, da sustentabilidade e da digitalização têm um impacto direto na competitividade das nossas empresas exportadoras. A oportunidade do reforço da articulação porto – indústria - território é, de não menor importância. Quanto aos eventos culturais, com impacto económico social no nosso território, destaca-se a realização de diversos eventos culturais de elevada participação local, que conduz à dinamização do comércio, restauração e serviços durante o período em que normalmente há uma menor dimensão turística. E isto contribui para a continuação do desenvolvimento e, de alguma forma, equilibrar os ciclos económicos da nossa economia local no curto prazo. Há um reforço enorme cultural e da coesão social. Há também uma consolidação da imagem como território ativo, autêntico e culturalmente diferenciado. Tínhamos tido a oportunidade, porque infelizmente estas condições adversas não permitiram, de assistir a um Carnaval único no país, que é o nosso Carnaval da Ria. Infelizmente, não pode ser levado a efeito, teve que ser suspenso pelas condições climatéricas adversas, como é do conhecimento de toda a gente e que muito prejuízo traz à região de Aveiro. Tudo isto integrado leva-nos a tomar em atenção alguns pontos que são necessários. Quanto à governação territorial, denota-se a necessidade cada vez mais premente numa resposta que seja integrada a estes riscos climáticos. Quanto à logística e*

*à nossa indústria, o Porto de Aveiro como alavanca central da competitividade regional leva ao desenvolvimento da infraestrutura portuária que influencia custos e acesso aos mercados. A cultura e os eventos reforçam a notoriedade e a atratividade do território. A redução de riscos e do custo do contexto aumenta a confiança. Destes riscos todos, acho que devemos tomar em atenção a intensificação dos fenómenos climáticos extremos sem adaptação estrutural. Cada vez serão mais frequentes e mais duráveis no tempo. A perda de competitividade logística caso não haja alinhamento estratégico dentro do Porto de Aveiro e da sua direção. O subaproveitamento de eventos culturais como ferramenta de desenvolvimento económico. No entanto, algumas coisas podem ser salvaguardadas. Posicionar Aveiro como um território que seja resiliente e bem governado, como nós esperamos. Utilizar uma liderança portuária para reforçar a integração logística e industrial, pelo peso de alavanca que este setor tem. E considerar a cultura como instrumento de valorização económica e da marca Aveiro. Para finalizar, Aveiro enfrenta menos desafios conjunturais e muito mais decisões estratégicas. O último mês evidenciou que a competitividade do Município depende da capacidade de integrar clima, logística, governação e identidade territorial, numa visão que se pretende coerente de médio e longo prazo. O que estamos convictos que este Executivo visa a mesma coisa.”*

**Vogal Nuno Teixeira Lopes Tavares (CHEGA)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [13](#)

*“Eu vou referir, o mais telegraficamente que puder, meia dúzia de pontos que acho muito importantes na vida do concelho. Antes de mais, quero subscrever todas as palavras, todas as referências que foram dirigidas às populações afetadas pelo desastre, pelo drama que afetou parte do continente. Em primeiro lugar, a habitação exige da parte da Câmara uma política enérgica, corajosa no sentido de derrotar muitos interesses estabelecidos e que não devem ser, por todas as razões, tomados em conta. Eu refiro aqui, lembro aqui, por exemplo, uma deliberação da Junta de Freguesia de Benfica, não sei quem é que lá manda, mas tomou a decisão de construir um edifício modular de 5 andares, de 5 pisos. Escuso de me referir todas as vantagens, em preço, em duração, enfim, numa série de aspetos que a construção modular ou a construção pré-fabricada hoje tem relativamente à construção tradicional. sobretudo particularmente pelo preço. E existem fábricas, tenho procedido a uma investigação acerca disso, uma investigação na internet e confesso que hoje há fábricas de pré-fabricados verdadeiramente deliciosos e que aqui em Aveiro estariam otimamente em vez de monstros de meia dúzia de andares. Em segundo lugar as obras públicas. Sobre as obras públicas referiria só o seguinte, as obras públicas, eu proporia à Câmara e aliás o nosso Vereador Diogo Machado irá propor a nível de Câmara, um protocolo com a Universidade de Aveiro, com a Faculdade de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro. Eu tive essa experiência na primeira vez que fui ao Canadá, quando tinha voz e estava na vida artística. Agora isso acabou-se. Realmente é o modo de proceder das grandes construções de estradas, sobretudo de estradas, com estas obras públicas É como fazê-las acompanhar por grupos de finalistas em engenharia civil, devidamente enquadrados. Em terceiro lugar, outra proposta que aqui deixo, outra sugestão que aqui deixo e o nosso Vereador igualmente a porá em sede de Câmara*

*Municipal, uma forma de resolver o problema financeiro dos bombeiros seria muito simples, era um acréscimo de 10% na conta da água de toda a gente que revertesse para um fundo gerido pela Câmara a favor dos bombeiros e fico-me por aqui.”*

**Vogal João Manuel Ferreira Ribeiro (PS)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [14](#)

*“Antes de passar a este documento que eu alinhei, eu gostaria de pedir paciência ao Senhor Presidente, porque compreendo que este discurso não será totalmente integrado ou em conformidade com aquilo que se pretendia no PAOD, mas considerando aquilo que já foi aqui apresentado, gostaria de ter a sua permissão para apresentar, porque as coisas não estão desligadas, estão ligadas e é uma sequência. Portanto, pediria um pouco a sua paciência para alguns aspetos mais locais que o discurso refere, embora se refira sobre as infraestruturas e as infraestruturas são cruciais para a apresentação do Município. Assim, começaria por dizer que em 2013 um temporal severo deixou marcas profundas no nosso território e na memória coletiva e ficou claro que o território de Aveiro é vulnerável. Treze anos depois, em fevereiro de 2026, Aveiro não esteve no carril do comboio destruidor, mas sofreu impactos relevantes, basta percorrer o concelho para o verificar. Fissuras no pavimento, abatimento junto a tampas de infraestruturas, taludes instáveis, sistemas de drenagem comprometidos. Há, aliás, uma patologia que não pode ser ignorada, a cedência sistemática de pavimento nas zonas de interface com tampas de saneamento, água ou telecomunicações. Não é um caso isolado, é um padrão recorrente. Azurva, Nariz e Aradas são exemplos evidentes. Os abatimentos persistem sem que tenha sido apresentada solução estrutural. Os danos existem, são visíveis e são potencialmente perigosos. Perante este quadro, a resposta municipal tem sido, em demasiadas situações, limitada a medidas paliativas, sinalização provisória, delimitação temporária, pequenas intervenções de superfície. Essas medidas podem ser necessárias no imediato, mas não podem transformar-se em política permanente. O que não se vê é um plano estruturado de intervenção de fundo com prioridades definidas, calendário público e dotação orçamental identificada. É essa ausência que nos preocupa. Perante este quadro, dirijo ao Senhor Presidente cinco perguntas claras. Primeira, quantas ocorrências foram formalmente reportadas desde as tempestades de fevereiro? Quantas estão resolvidas? Quantas aguardam intervenção? Segundo, existe um plano municipal de recuperação das infraestruturas danificadas com calendarização e orçamento? Se existe, será disponibilizado a esta Assembleia? Se não existe, quando será elaborado? Terceira, no caso de abatimentos junto a tampas de infraestruturas, a responsabilidade é municipal ou das entidades concessionárias? Que diligências foram realizadas e com que prazos definidos? Quarta, a delimitação da resposta a sinalização temporária resulta de opção política de insuficiência de meios técnicos e humanos ou de ausência de verba adequada? Quinta, quando e de que forma o Executivo prestará contas públicas perante esta Assembleia e perante os cidadãos sobre o estado das infraestruturas e as intervenções previstas? Mas há uma dimensão ainda mais profunda que não pode ser ignorada. Aveiro é um território lagunar de baixa quota média, dependente da estabilidade da Barra e protegida por um cordão dunar, naturalmente, frágil. A conjugação da maré viva,*

*sobrelevação marítima e precipitação intensa gera risco composto. Pequenas variações no nível médio do mar produzem efeitos exponenciais. Estamos perante um risco costeiro lagunar estrutural, sistémico e cumulativo que tende até 2040 a transformar eventos, hoje considerados excepcionais, em ocorrências recorrentes. E quando o risco é estrutural, a resposta, tem de ser estrutural. É por isso que preocupa a incerteza quanto à efetiva operacionalização dos órgãos previstos no plano municipal de ação climática. Sem uma equipa de coordenação municipal ativa, as medidas dispersam-se. Sem nenhum observatório municipal funcional, não há monitorização rigorosa. Sem conselho local de ação climática, esvazia-se o envolvimento da sociedade civil e da academia. Um plano sem governação é um plano sem execução. E um plano sem execução não protege o território. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Aveiro enfrenta a intensificação de eventos extremos no sistema territorial sensível. A diferença entre antecipar e reagir é a diferença entre governar e remediar. Se não forem assumidas medidas de fundo devidamente estruturadas e monitorizadas, estaremos apenas a adiar um problema que regressará com maior intensidade e maior custo. Aveiro não precisa de paliativos prolongados, precisa de visão estratégica, execução rigorosa e responsabilidade política. É isso que os cidadãos merecem, é isso que esta Assembleia tem o dever de exigir e é isso que nós continuaremos a exigir com firmeza, elevação institucional e determinação.”*

**Vogal Sónia Patrícia Pinto Gomes (PPD/PSD)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [15](#)

*“A minha intervenção vai ser muito breve, até porque já foi aqui exposto por outros Senhores Deputados Municipais, no entanto, nunca é demais falar de algo que eu considero bastante importante, que é essencialmente abordar a minha preocupação, a nossa preocupação pela degradação da nossa infraestrutura rodoviária. Em virtude das intempéries que assolaram o nosso país nos últimos dois meses, é um facto notório o agravamento do estado das nossas vias e pavimentos, com um acentuado desgaste na degradação já existente. Saliento também que toda esta situação não afetou exclusivamente a região de Aveiro, como todos sabemos. Aliás, tendo em conta o cenário do país, considero que fomos uns privilegiados, tendo em conta os impactos do mau tempo a nível nacional, atingindo mesmo algumas regiões o estado de calamidade. E sobre esta questão, não tendo sido Aveiro a região mais afetada, também sentiu os seus impactos das intempéries. Assim, é tempo por mãos à obra e agora que as condições meteorológicas permitem, a Câmara Municipal tem a oportunidade de agir, proativamente, na recuperação da nossa rede viária. Considerando que priorizará este assunto de forma a assegurar a segurança de todos nós, que diariamente circulamos nas estradas da nossa cidade e freguesias, obviamente, em articulação com os nossos Presidentes de Junta que semanalmente reportam à Câmara todos acontecimentos relatados pelos cidadãos e tentam por todos os meios possíveis, fazer o seu melhor em situações imprevisíveis.”*

**Da Câmara Municipal**

**Presidente da Câmara:** [16](#)

*“Vou tentar resumir no curto tempo disponível, mas as questões, de certa forma, relacionam-se umas com as outras em geral. Vamos então ao problema número um, esta série de intempéries que vivemos e cujos danos realmente foram gravíssimos na região de Leiria. E presto, em nome da Câmara Municipal e, mais uma vez, e também juntamente com os Senhores Deputados que também já têm feito essa referência, palavra de solidariedade total com os municípios mais afetados. Houve aqui quem dissesse, penso que foi a Senhora Deputada Cláudia Rocha, que Aveiro escapou devido à sorte. Bom, vamos por partes, é certo que nós temos ou sorte ou santos muito fortes. Temos o São Gonçálio, temos a Santa Joana, o São Brás, até a festa de São Brás se fez quase por milagre, tudo parou quando era preciso a festa decorrer. Realmente, nós temos sorte ou santos muito fortes, mas não foi só isso. Eu queria lembrar aqueles que acompanharam assembleias do passado, que em 2024 também se debateram os efeitos da intempérie e, nomeadamente, o galgamento das eclusas e de outras áreas, inundações que então se verificaram, sendo que a maior das quais, em termos de altura de maré, chegou aos 3,9 metros, isto em 2024. Estou à vontade, porque estou aqui a explicar um bocadinho o contexto da Câmara Municipal anterior e aquilo que foi feito, foi nomeadamente encomendado um estudo a um dos maiores especialistas portugueses na matéria, na área da engenharia hidráulica que é o Professor Carmona Rodrigues, que foi Presidente da Câmara de Lisboa, como muitos saberão. E, portanto, foi encomendado esse estudo. Esse estudo foi muito importante para diagnosticar e para fazer recomendações e, não obstante o sistema e era preciso aqui também reconhecer que o sistema respondeu muito bem aqui em Aveiro, porque só quem não tem memória é que não se lembra de ver Aveiro inundada, quase como em Veneza, quem já foi a Veneza andar ali é quase costume com umas caixas e andar com os pezinhos por cima da água com umas botas e tal, ali na Praça de São Marcos. Nós já tivemos isso tudo no passado. A Beira-Mar cheia de água, à volta dos canais os espaços todos com uma boa altura de água que transbordou dos canais. E, a verdade é que isso não aconteceu. Vão-me dizer, “mas vimos fotografias na estrada do Sal, em que, a certa altura, a água passou, galgou”, mas as fotografias que não foram tiradas foram as do escoamento perfeito que foi feito a essa mesma água na estrada do Sal. Porque a dita estrada do Sal tem os sumidouros de quando em quando, se forem lá ver, que permitem um escoamento perfeito. Cais do Sal, como bem diz o Senhor Presidente e muito bem. E o sistema respondeu. Eu fui lá depois de ver essas fotografias alarmantes, o que é que fica que impressiona nas redes sociais, porque hoje nós andamos aqui a movermo-nos muito pelas redes sociais, é legítimo, mas, de facto, essas fotografias é que chamam a atenção. Eu fui lá passado pouco tempo e todo o Cais do Sal estava seco, totalmente seco. Portanto, em geral, não só fomos bem protegidos da sorte ou dos nossos santos e santas, como temos um sistema que foi preparado para alterações climáticas, mas que precisa de ser atualizado e a Câmara Municipal está dando seguimento, aliás, ao que estava previsto, avançará com a implementação das medidas necessárias para acautelar eventos extremos. Já se dizia em 2024, isto passou-se aqui nesta mesma casa, para os mais antigos, os técnicos também aprenderam com os eventos. Isto em 2024 foi dito isto aqui perante um debate semelhante e agora, naturalmente, os técnicos que têm os seus modelos, falou-se aqui muito a Universidade com quem nós estamos também a trabalhar e queremos*

*trabalhar intensamente, também têm os seus modelos que, se calhar, também tem que ser atualizados, mas os técnicos seguem esses modelos. Portanto, vamos acompanhar, estamos obviamente atentos e temos que reconhecer quando há algo de positivo e a nossa cidade, em particular, foi preparada há muito tempo para parte das alterações que se verificaram. Nós temos, obviamente, alguns estragos, nomeadamente na área do Baixo Vouga, como não podia deixar de ser, e que estão a ser reportados. E alguém disse aqui e pediu rapidez na atuação. O Governo está a atuar rapidamente e está de tal maneira interessado e articulado que eu próprio tenho recebido telefonemas de Secretários de Estado a dizerem, exatamente, vocês deem reporte, seja na área, por exemplo, das infraestruturas desportivas, seja, por exemplo, na área do ambiente através da APA e é isso que nós estamos a fazer. Foi criado um gabinete específico, uma linha específica e, portanto, todo esse registo é feito e encaminhado para as entidades apropriadas. Portanto, essas preocupações que manifestaram com as alterações climáticas são nossas e nós temos é que atuar e planear também o futuro. Quanto à questão dos pavimentos, é evidente que nós não estamos aqui satisfeitos com o estado das vias, sejam as estradas, sejam as calçadas, mas é inegável que não é um problema de Aveiro. Eu, ainda hoje, estive com o Presidente da Câmara Municipal de uma cidade próxima comparável com Aveiro, que é Braga, e ele dizia-me nós temos, de facto, o estado quase de calamidade. Portanto, isto não é um problema de Aveiro. Saiam de Aveiro e sejam justos e apresentem-me cidades que estejam impecáveis, não vão para zonas onde praticamente não choveu, e venham então com essas cidades que passaram incólumes a esta pressão enorme sobre as estradas, passeios. Portanto, nós estamos a preparar uma operação em larga escala. Eu já disse isto várias vezes, isto não é como quem manda reparar um cano lá em casa, há regras da contratação pública, há concursos que têm que ser feitos e, portanto, nós estamos a preparar a resposta. Não obstante, a lista, o Senhor Vereador poderia dá-la, mas é exaustiva de atuações pontuais que são muitas, como é evidente, mas estamos a preparar uma intervenção de fundo. Isto é como a história da árvore de Natal, até fiquei admirado que ninguém veio falar na árvore de Natal. Há questões de segurança e logísticas que levaram a que, por exemplo, a árvore de Natal não tivesse sido removida a 15 de janeiro. É preciso aceitar que quando serviços nos dizem que não há condições de segurança pelos ventos, pela precipitação para ir lá acima com uma grua especial, eu não mando lá ninguém ir. Portanto, é desagradável, temos que levar com estas coisas, faz parte da vida política. E é o mesmo modelo em relação a toda esta degradação, que é óbvia, na pavimentação e no espaço urbano. O que é preciso é que, uma vez o tempo mais seco agora haja condições, também, para atuar. Eu tinha aqui também várias coisas para responder, mas o tempo já me está aqui a escapar. Sobre São Jacinto, Senhor Deputado Jorge Gonçalves, realmente foi governado pelo PS durante muitos anos. Entre outras coisas, deixou a Junta falida, tivemos que ir lá salvar. Foi preciso a Câmara Municipal, ela própria, se substituir à Junta de Freguesia para que funcionassem, digamos assim, serviços mínimos. Senhor Deputado, existe internet, quando quiser vá ao espaço intergeracional de São Jacinto, vá lá pesquisar a internet que está disponível. O ferry boat foi uma grande melhoria em relação ao passado, tem problemas e nós estamos em contacto estreito com o concessionário e subconcessionário para melhorar aspetos, por exemplo,*

*como a comunicação. Instituímos um mecanismo regular em que a própria Presidente de Junta, dada a sua maior proximidade à população, fará parte desse mecanismo regular de monitorização e estamos a acompanhar. Agora, não vale a pena. Só quem não conheceu o seu ferry anterior.”*

## **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AOS CIDADÃOS**

De seguida o Presidente da Mesa informou que havia dois munícipes inscritos para intervir neste período regimental de Intervenção Aberto aos Cidadãos, dando-lhes de imediato a palavra.

### **Cidadãos**

**Manuel Veríssimo Póvoa Morgado Marques** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [18](#)

*“Os Deputados da Assembleia Municipal representam o concelho de Aveiro. E eu quero aqui fazer uma saudação, antes de entrar propriamente no ponto 3 e o que me traz aqui hoje, quero fazer uma referência especial aos Deputados Municipais que são Presidentes de Junta. Eles representam mais do que o voto, representam o voto da Assembleia e representam o voto do povo. E na última Assembleia, onde foi discutido a anulação de um plano de pormenor sobre a construção de uma edificação aqui em Aveiro, foi proposto que esses Deputados seriam Deputados menores e, portanto, não teriam direito a votar essa proposta de anulação ou de alteração. Não foi para isto que fizemos o 25 de Abril. Nós fizemos o 25 de Abril, porque a liberdade é fundamental e houve uma tentativa de retirar a liberdade de voto aos Deputados da Assembleia Municipal que são Presidentes de Junta. Mas isto ainda é mais violento, porque foi não só dizer eles não podem votar porque são menores, mas eles como, possivelmente, vão votar contra mim, eu vou aniquilá-los, eu vou sonegá-los. Não foi para isto que se fez o 25 de Abril. Desculpe Senhor Presidente esta pequenina interrupção, que eu não posso deixar passar em claro o atentado à liberdade que foi feito. A gente até pode dizer que juridicamente podemos encontrar uma alínea, um artigo para dizer não sei o quê. A democracia e a liberdade não permitem isto. E agora passaria ao ponto que me traz aqui, que é o eixo rodoviário Aveiro-Águeda, o qual eu queria, mais uma vez, na ideia da liberdade dizer que, neste momento, eu sou completamente a favor do eixo rodoviário Aveiro-Águeda, ou Águeda-Aveiro. Eu moro no meio, portanto, estou na freguesia de Eirol, portanto fico mais ou menos a meio do eixo. Para mim é quase a mesma coisa Aveiro-Águeda ou Águeda-Aveiro, mas o eixo rodoviário, a solução proposta vai cortar um pedaço do concelho e esse cortar significa que há uma parte do concelho que vai deixar de ter acesso a um carro pesado de bombeiros. O que significa que essa parte do concelho não tem possibilidade de um carro de bombeiros, um carro pesado, lá chegar ou o carro ou o camião do lixo e era este problema que eu queria levantar. Porque o eixo estruturante vai cortar duas ruas, uma delas podia ser feita uma passagem inferior, mas já fizemos um estudo sobre o assunto e o declive que obrigava essa passagem inferior não é tecnicamente possível. Fazer uma passagem superior, desculpem a expressão é um mamarracho. E a proposta que eu aqui lanço, que é um desafio para a*

*Assembleia deliberar e depois, se for possível, a Câmara Municipal ou o Estado executar que é aproveitar um caminho meio rural, meio florestal, que possa ser transformado numa estrada, aproveitando uma passagem inferior que o eixo rodoviário vai ter. Era este, digamos, o desafio que eu queria deixar à Assembleia para deliberar, se possível ou assim, para se encontrar uma solução, uma vez que eu não gosto que haja uma parte do concelho de Aveiro que fique sem possibilidade de um camião de pesados dos bombeiros poder ir acudir.”*

**Nelson Lopes Arqueiro** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [19](#)

*“Uma palavra de apreço pela zona de Leiria, a minha solidariedade, onde passei a minha juventude e a minha infância. Portanto, relativo à minha exposição no dia 30/1/2026, na sessão extraordinária referente à discussão e votação do orçamento municipal para 2026 e no enquadramento das infraestruturas e águas foi solicitada ao Município uma verba para a resolução referente aos constrangimentos de drenagem das águas pluviais e respetiva correção da anomalia de escoamento patente na caixa de visita de telecomunicações, sita na rua do Outono, nas Azenhas de Baixo, em Santa Joana, localizada em frente às moradias, número 24 e 26, respetivamente. Na semana seguinte, no dia 13 de fevereiro do presente ano, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Joana deslocou-se ao local, e muito bem, no âmbito de perceber o porquê da respetiva caixa de telecomunicações de estar completamente inundada. Após inspeção no local, verificou-se de que as diversas caixas de visitas de telecomunicações ali presentes numa zona de parque infantil, todas elas apresentam imensa água que continuamente drenam daquele local e terminam na caixa de visita que apresenta os atuais problemas até então descritos. Toda esta quantidade de água que é continuamente drenada, associada ao tubo de escoamento da caixa de visita se apresentar danificado e colocado acima da cota dos outros restantes tubos que transportam o sinal de telecomunicações para as habitações. O resultado final de toda esta conjuntura é a de inundações nas moradias. 24 e 26, como já exposto a V. Excelência por e-mail, com as respetivas provas fotográficas. Nós, moradores vimos mais uma vez exigir a solução de carácter urgente deste problema nas infraestruturas e da vossa respetiva fiscalização no decorrer das obras, de forma a garantir que as mesmas não causam problemas novamente no domínio público.”*

### **Membros da Assembleia**

**Vogal Bruno Miguel dos Santos Fonseca (LIVRE)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [20](#)

*“Agradeço as duas intervenções referindo e remetendo para a sessão extraordinária do dia 30 de janeiro, houve duas intervenções, também, de cidadãos que no fim não obtiveram uma resposta direta por parte do Senhor Presidente do Executivo, Luís Souto, e acho que isso nos deve preocupar. Deve-nos preocupar, reforçando também o tema sobre a liberdade e a democracia, um Executivo que não responde a um problema individual não responde a todos os aveirenses. Porque um problema individual afeta não só uma rua, não só também uma região, mas como todo o concelho em si, onde todos os aveirenses, de*

*alguma forma, são impactados por esse problema individual e quando o Presidente do Executivo ignora ou a Câmara Municipal ignora estes problemas, está a fazer um grande desserviço para os cidadãos aveirenses. Quero deixar isso bem ciente aqui. Nós, o LIVRE já há muito tempo que temos feito e divulgado que o nosso desejo é a participação cívica e democrática de todos os cidadãos. Na última sessão, o Senhor Presidente também mencionou a proximidade. Eu acho que não resolvendo os problemas dos cidadãos ou não ter nenhum interesse, nem que seja apresentar uma possível solução ou a Câmara acompanhar os problemas e as possíveis soluções, isso não é a proximidade, isso é desprezo pelos cidadãos de Aveiro.”*

**Vogal Diogo Nuno Pereira Gomes (IL)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [21](#)

*“Já estou a ver que o Senhor Presidente está muito contente por me ver a falar sobre este cidadão e eu aproveito para continuar a minha discussão. Eu já fui acusado aqui de coisas, sou anarquista e tudo mais. Aquilo que os cidadãos vieram aqui fazer é expor adequadamente à Assembleia, à representação de todos, à comunidade, problemas que os afetam diretamente. Em resposta ao primeiro cidadão, eu quero para já, solidarizar-me com a sua dor e com a sua preocupação, mas a verdade é que estas estradas servem um serviço público e, por isso, é que vamos declarar utilidade pública para podermos avançar com esta obra. E isso quer dizer que alguns têm que ser efetivamente suprimidos nalguns dos seus direitos e é isso que se passa aqui. Embora apresente solidariedade para com cidadão, não posso deixar de manifestar, também, que a nossa posição é que é importante avançarmos com esta obra, mesmo que cause algumas situações menos convenientes. No que diz respeito ao cidadão de Santa Joana para continuar, então, aqui a posição é de fiscalização. Nós eleitos estamos aqui para fiscalizar, mas a Câmara Municipal também tem que fazer fiscalização. Nós, ao contrário de outras forças políticas, não defendemos que a Câmara Municipal tenha que fazer as obras e que seja dono de tudo, bem pelo contrário. Nós somos apologistas que devemos delegar e pôr em funcionamento o espírito empreendedor privado para fazer as obras de água para fazer as obras de telecomunicações, mas há aqui um papel muito importante da Câmara Municipal que é o de fiscalizador. Ora, o que falhou aqui neste caso é claramente a fiscalização das obras, é fiscalização de como é que a caixa foi feita com o declive errado e é isso que cumpre aqui corrigir. Portanto, a Câmara Municipal e os seus fiscais têm que intervir e dar ordem para quem fez mal o projeto corrija o mesmo. É isso que se exige e eu estou aqui a fiscalizar se a Câmara Municipal põe os seus fiscais a funcionar. É esse o meu papel aqui. Aproveito também para falar de uma situação que é recorrente neste hemiciclo que é todos nós somos novos aqui e nós tivemos o comentário que estávamos a sair fora do PAOD, mas os outros todos tiveram também o seu comentário feito, acho que é preciso termos conferência de líderes antes para resolver estas situações no futuro.”*

**Vogal Armando Carlos da Silva Grave (CHEGA)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [22](#)

*“Eu, antes de mais, queria deixar aqui uma palavra ao primeiro Senhor cidadão que esteve aqui a intervir no sentido de lhe dizer que considero que esta Assembleia e a composição da Assembleia é a manifestação de democracia. O povo, os aveirenses elegeram estes Deputados que aqui estão, portanto, estamos aqui no exercício da democracia. Está claro que o CHEGA gostaria de ter uma maioria absoluta. Não tem, tem esta. Foi isto que os cidadãos escolheram. Portanto, e é com base nisto que nós estamos aqui, que deliberamos e penso que o Executivo também delibera. Relativamente às obrigações do Município e do Executivo, está claro que penso que, tendo em conta o mandato anterior, que este Executivo vai ter muito trabalho para ver as estradas e muitas, muitas, muitas outras coisas. Espero que o Executivo ponha mãos à obra, perdoem-me a coloquialidade, e que ajude os cidadãos aveirenses a viverem melhor, com mais dignidade, seja no uso das estradas, seja no uso dos centros de saúde, com tanta coisa que está aí que tem que ser corrigida, seja a atender as pessoas no Município atempadamente, sendo que têm que ter um prazo para ser atendidas com muitas e muitas outras situações e circunstâncias que, a seu tempo, poderemos levantar.”*

**Vogal Gonçalo Nuno Caetano Alves (CDS-PP)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [23](#)

*“Em relação ao assunto exposto pelo primeiro cidadão, nós remetemos para o ponto 3 onde devemos discutir este assunto, sem desprimor sobre esta ansiedade das perturbações causadas por uma obra de domínio público. Todos nós conhecemos e sabemos do que causa criar vias estruturantes nas populações. A minha idade permite-me recordar o eixo Aveiro-Mamodeiro e as grandes discussões de Aradas e da Costa do Valado, etc. As pessoas que choravam nesse tempo e eu estava nesta Assembleia e hoje todos achamos que é fantástico aquele acesso, até devia era ter duas faixas para cada lado. E, portanto, esta é outra ansiedade que nós trabalhamos há mais de 30 anos, eu lembro-me do tempo do Girão Pereira de começarmos aqui a saída de Aveiro, por onde é que sairia. E passados estes anos todos cá estamos a concretizar e esperemos que isto corra conforme está mais ou menos delineado. Em relação ao segundo cidadão, eu fiquei muito satisfeito de saber que o nosso Presidente da Junta já está em ação e, portanto, que tudo está a decorrer conforme o que no dia 30 de janeiro foi questionado, mas ainda não está resolvido, mas isto faz parte destas temáticas, especialmente depois da água toda que vimos jorrar, mas eu presumo que está em andamento e, portanto, que se irá resolver a breve trecho.”*

**Vogal Cláudia Maria Cruz Santos (PS)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [24](#)

*“Queria começar por saudar a circunstância de termos dois cidadãos aveirenses disponíveis para, mais uma vez, participarem no debate nesta Assembleia. Isso é manifestação de um sentido de cidadania e, quer concordemos ou não com o sentido das intervenções, dá-nos oportunidade para esclarecermos e para respondermos. Relativamente à primeira intervenção, apesar de o tema ser o eixo Aveiro-Águeda, mais de metade do tempo foi dedicado a uma reflexão sobre o ataque à democracia que teria sido feito nesta Assembleia Municipal, quando se tentou que os Senhores Presidentes de*

*Junta não votassem. E é bom regressarmos a esse tema, eu penso que se estaria a referir ao debate de 22 de dezembro sobre a ressurreição do plano de pormenor do Cais do Paraíso. Foi a única reunião da Assembleia Municipal em que me recordo que essa questão se tenha suscitado e, portanto, aproveitamos para repor a verdade. Em momento algum se afirmou que os Senhores Presidentes de Junta não podiam votar. Os Senhores Presidentes de Junta podem votar, como qualquer Deputado Municipal a favor contra ou abstendo-se. E nos termos do n.º 4 do artigo 1.º do Regimento da Assembleia Municipal de Aveiro, que é coerente com a Constituição, a presença por inerência dos Presidentes de Junta da Freguesia ou da União de Freguesias do Município, visa, em especial, a salvaguarda dos interesses da respetiva freguesia e a defesa e promoção dos valores de interesses dos respetivos cidadãos. Ou seja, estando em causa um debate sobre o plano de pormenor do Cais do Paraíso que afetava particularmente os cidadãos da Glória e Vera Cruz, aquilo que se disse e que se reitera é que não deveria ter sido com os votos dos Senhores Presidentes de outras Juntas de Freguesia que o plano seria ressuscitado. Portanto, em momento algum se disse que os Senhores Presidentes de Junta não tinham direito de voto. Relativamente à segunda intervenção, o Senhor Nelson Arqueiro, aquilo que queremos fazer é solidarizar-nos com a sua preocupação e saudarmos a sua insistência, porque esteve aqui numa reunião anterior, a sua participação foi desconsiderada com o argumento de que era um assunto particular e, portanto, não devia ser trazido a esta Assembleia Municipal. Como se vê, não era, é um assunto que se relaciona com infraestruturas no concelho, portanto, nós saudamos com veemência a insistência, isso é exercício de democracia cidadã.”*

**Vogal João Paulo de Morais Sarmiento Costa (PS)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [25](#)

*“Cumprimentar os munícipes que se dirigiram à nossa Assembleia Municipal, são sempre muito bem-vindos, é um gosto que venham cá. É bom ver esta sala cheia, ainda há espaço para receber mais munícipes. Portanto, deixo aqui o convite a todos os aveirenses que se queiram juntar às nossas discussões aqui na Assembleia Municipal. Quanto ao primeiro munícipe e à sua preocupação, pois é uma preocupação que o Partido Socialista teve na elaboração do seu programa eleitoral. Esteve presente, esteve no terreno a perceber este potencial problema. Pode não ser um problema e aqui deixo o repto ao Executivo aveirense que tem esse poder para que no terreno, na obra, em consiliência com a entidade que irá executar a obra, que possa realmente ter previsto estas questões de âmbito mais técnico, porque têm que ser mesmo os técnicos a perceber se há soluções a tomar ou não, para que não haja no nosso Município, como disse muito bem o nosso munícipe, que não seja permitida a passagem de veículos de pesados com maior dimensão, mas sobretudo quando esses veículos têm caráter tão ingrato de missão de urgência e de socorro. E, portanto, é algo que também deixamos já aqui com o Senhor Presidente esta preocupação que também era uma preocupação do Partido Socialista e que também tínhamos no nosso programa eleitoral.”*

**Vogal Joaquim Manuel da Silva Marques (PPD/PSD)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [26](#)

*“A minha intervenção serve, exclusivamente, para saudar os nossos caros concidadãos que se deslocaram a esta Assembleia e apresentaram aquilo que para eles é de importante e relevante. Eu quanto à primeira intervenção, do Senhor Manuel Veríssimo, eu vou guardar para ponto 3 da nossa ordem de trabalhos, porque vamos falar exatamente sobre isso. Quanto ao meu caro conterrâneo Nelson, ainda bem que a gente veio cá, mas tal e qual como o Senhor líder da bancada do CDS disse e muito bem, parabenizar o nosso Presidente de Junta, o Óscar, porque tomou conhecimento do assunto e dois dias depois, ou no dia a seguir, estava lá a ver o que é que se passava ou deixava de passar. É evidente que não é ele que vai lá tirar a água, nem se calhar resolver o problema, porque não é engenheiro, não é técnico, mas demonstrou o interesse, a disponibilidade para se poder deslocado lá e tentarem arranjar solução. Mais uma vez, muito obrigado aos dois concidadãos que se deslocaram aqui e manifestaram as suas posições.”*

### **Da Câmara Municipal**

#### **Presidente da Câmara:** [27](#)

*“Temos aqui então uma recorrência, este problema das caixas pluviais em Azenhas de Baixo. O Senhor Nelson voltou e os seus grandes, acérrimos defensores deste problema também voltaram a defender. Mais uma vez, como esta questão há, quer dizer, as pessoas terão noção dos milhares de ocorrências e questões que uma Câmara Municipal tem que enfrentar. Passa pela cabeça de alguém que possamos transformar a Assembleia Municipal no serviço de atendimento e de despacho de cada uma, por mais incómodas que sejam e, obviamente, e eu reconheço ao Senhor Nelson e a quem lá vive o incómodo da situação que até parece que é mais da área das telecomunicações, que não é a Câmara Municipal, mas eu não gosto de falar sem certezas. E, portanto, este caso, esta situação, como várias outras, operam-se em circunstâncias normais, fazendo a necessária participação aos órgãos competentes. Os serviços atuam, mas atuam, naturalmente, de acordo com a escala de serviço e as suas prioridades. Não é, pelo facto de virem aqui uma vez, duas vezes, três vezes, quatro vezes, que o assunto de uma determinada pessoa ou duas vai passar à frente das pessoas que estavam à espera antes. Portanto, as coisas funcionam segundo uma cadência normal, como qualquer serviço. Agora, eu até perguntava se realmente o Senhor Deputado da Iniciativa Liberal se fez o que fez o nosso Presidente de Junta que, quando ouviu esta situação e bem, porque nós todos somos parte da gestão do Município e as Juntas de Freguesia complementam a atuação do Executivo, naturalmente, são o instrumento de maior proximidade com os eleitores, o Autarca foi ver e muito bem. O Senhor Deputado, também é Deputado, também é responsável, não se incomodou tanto com isto? Foi lá ver? Não foi. Voltou aqui a defender, quando não faz a mínima ideia do que é que realmente se deve defender, porque é um problema técnico, como há outros. Nós temos incidências. Olhe, há tempos tive uma reunião com o Senhor Presidente de AdRA para tratarmos de vários assuntos e eu coloquei-lhe imediatamente em cima da mesa um que está a incomodar há bastante tempo a Câmara Municipal e que nós sabemos. Por acaso não tem vindo aqui, mas pode vir, que é um assunto que incomoda e a*

*responsabilidade não é da Câmara Municipal, mas a Câmara Municipal tem as costas largas para tudo, as pessoas pensam sempre que é a Câmara Municipal e não é. Portanto, um problema que até afeta não uma não duas, mas, na verdade, centenas de pessoas e nós estamos a trabalhar para que ele tenha solução e estamos muito atentos para que ele tenha solução. E assim é também com E-REDES. Falta luz num determinado ponto, chega ao nosso conhecimento, nós estamos a fazer marcação cerrada, acreditem é isso que estamos a fazer. Agora o que nós não fazemos é demagogia com as dificuldades e com os problemas que vão surgindo aqui e acolá. Portanto, o Senhor Deputado do LIVRE, Bruno, não diga que nós não damos resposta, nós damos resposta. Mas, como é evidente, há uma resposta que tem que ser séria e para questões concretas do ponto de vista técnico, não vai estar a pensar que eu vou chegar aqui e dar uma resposta técnica. Não vou dar. Aquilo que nós fazemos, tomamos boa nota deste problema que aqui foi trazido, certo. É um direito dos munícipes virem aqui trazer os seus problemas, mas vocês não exagerem muito nesses vossos entusiasmos, porque se não daqui a pouco com esses excessos, que eu digo demagógicos, então isto seria transformado numa autêntica impossibilidade de trabalho, porque então toda a gente vem aqui, porque problemas, não é só este cidadão que tem, têm muitos. E muito bem, vamos para a Assembleia, pronto. E nós passamos aqui o tempo todo a discutir cada um dos casos. Todos sabemos que não é assim. Portanto, o cidadão é sempre bem-vindo para expor assuntos, muitas vezes alertas que nós nem estaríamos muito cientes deles, são muito bem-vindos, mas as questões particulares de cada um, foi isso que eu disse na outra sessão, não fazem muito sentido aqui serem discutidas, mas poderemos ir por esse caminho e vamos ver onde é que vão parar a ordem de trabalhos desta Assembleia. É só isso, não podemos ser demagógicos. A Senhora Deputada Cláudia Santos tem uma grande vantagem, é que é coerente e voltou a insistir e a reiterar, cito, que de facto, ela acha e, portanto, o seu partido, que os Presidentes de Junta, de outras Juntas, nem sequer deviam votar. Reconhece que é um direito. Desculpe, está aqui, se quiser, depois faz-se a leitura da ata para ver o que a Senhora Deputada disse e reiterou, foram as suas palavras. Portanto, não concorda com o princípio de que um Presidente de uma Junta de São Jacinto possa ter uma palavra a dizer e a votar sobre um assunto que se passa no centro de Aveiro. Isto é muito interessante, porque realmente é a forma como o PS vê este Município. Há uns e outros. Se houver uma questão em São Jacinto, ainda há bocadinho o Senhor Deputado e legitimamente levantou questões sobre São Jacinto, todos podemos opinar. Se for aqui no centro da cidade, só os do centro, e eu por acaso, até vivo no centro, é que podemos opinar. Isto é injusto, é antidemocrático e a Senhora Deputada voltou a insistir num registo, que eu vou lhe dizer uma coisa, eu nunca vi, e já levo uns bons anos aqui na Assembleia, nunca vi nenhum Deputado do Partido Socialista a defender uma posição como a sua, nunca vi. Pode dar as voltas que quiser. Agora vai fazer uma intervenção, se calhar, a dizer que está ofendida na sua dignidade, ou qualquer coisa do género, que já nos habituou, mas a verdade é que a Senhora Deputada reiterou uma posição que eu nem sequer reconheço na tradição do Partido Socialista. E foi isto que a Senhora Deputada respondeu ao munícipe que sentiu e bem, lesado nos seus direitos democráticos. O Município faz-se com todos e para nós importa e todos temos direito de opinar, sim, sobre o que se passa, seja em Nariz, seja aqui no coração da cidade. Claro*

*que, quando as opiniões não são aquelas que nós gostamos, então criticamos. Foi isso que se passou. Porque se fossem a favor da campanha contra, no caso concreto, o tal plano de pormenor, então já estava tudo bem e ainda bem que temos reforços para essa campanha que tem várias incidências, como nós sabemos e vários instrumentos e um dia far-se-á a história dessa campanha em particular. Senhor Deputado Armando Grave, toda a razão, com certeza, a Câmara Municipal tem o dever de responder a tempo. É um exercício que nós procuramos fazer, passa pela melhoria da qualidade dos serviços, do atendimento e do tempo de resposta. Concordo inteiramente consigo, é um caminho que nós vamos fazendo. Quanto ao Aveiro-Águeda, eu também deixaria aqui assim para o ponto da ordem de trabalhos, uma vez que faz parte da ordem de trabalhos.”*

### **Membros da Assembleia**

**Vogal Cláudia Maria Cruz Santos (PS)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [28](#)

*“Eu peço a palavra para fazer um protesto nos termos do artigo 32.º do Regimento e, portanto, penso que disponho de 2 minutos. Eu lamento, enfim, ter que voltar a pedir para usar da palavra relativamente a uma intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, todavia, é impossível anuir às inverdades, ou nada dizer perante as inverdades que vai afirmando. Na reunião passada desta Assembleia Municipal teve o desprate de dizer que eu ouvia conversas privadas, depois de ter confundido o número de páginas em um quarto do orçamento, que era o que estávamos a discutir. Portanto, disse que eu ouvia conversas privadas. E eu pedi a palavra para dizer que essa afirmação era ofensiva da honra, porque o Senhor Presidente tinha falado ao microfone. Hoje voltou a dizer uma coisa que é uma inverdade, voltou a dizer que eu afirmei que os Senhores Presidentes de Junta não deviam votar e o que eu disse foi exatamente o contrário. O que eu disse foi que os Senhores Presidentes de Junta têm direito de voto, podem votar a favor, contra ou abstenção e que, num assunto que afeta particularmente uma freguesia, podem abster-se, porque não deve ser com o voto deles que a decisão é tomada. Portanto, eu referi expressamente que é inequívoco que têm o direito de se abster e que têm inequivocamente o direito de votar. Temos o maior respeito pelos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia que estão aqui por inerência para defenderem os interesses da população das suas freguesias. E não aceitarei que o Senhor Presidente da Câmara Municipal continue a dizer inverdades, e sempre que isso acontecer terá que me ouvir responder.”*

Continuando, o Presidente da Mesa da Assembleia, leu a “Ordem-do-Dia” para a Sessão Ordinária, cujos pontos se transcrevem:

- Ponto 1 – Informação sobre a Atividade Municipal de 01DEZ25 a 30JAN26;**
- Ponto 2 – Apreciação e deliberação da integração de imóveis em domínio público municipal por construção de arruamento público em Eixo – Freguesia de Eixo e Eirol;**
- Ponto 3 – Apreciação e Deliberação da Resolução de requerer a declaração de utilidade pública da expropriação das parcelas necessárias à "Construção do Eixo Rodoviário Aveiro - Águeda (ERAA)" e Declaração de Utilidade Pública;**

**Ponto 4 – Apreciação e deliberação da 1.ª Revisão Orçamental - Autorização para a Assunção de Compromissos Plurianuais – Empreitadas;**

**Ponto 5 – Apreciação e deliberação da Apólice de Seguro de Acidentes Pessoais - Eleitos Locais - aprovação valores capitais seguros;**

**Ponto 6 – Apreciação e deliberação da Adesão à Associação Nacional de Assembleias Municipais.**

## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

**Ponto 1 – Informação sobre a Atividade Municipal de 01DEZ25 a 30JAN26**

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do ponto.

### Da Câmara Municipal

**Presidente da Câmara:** [29](#) [30](#)

*“Portanto, eu só ia dizer e pedir à Senhora Deputada e mais quem acompanha neste registo que ouçam a gravação e vou pedir ao Senhor Presidente que facilite, não é a ata, é a gravação, aliás, está a ser disponibilizada online para a Senhora Deputada se rever ou não naquilo que acabou de dizer, que eu acho que é evidente, mas se acha que não, logo vamos todos ouvir e cada um vai tirar as suas conclusões.*

*Em relação ao relato das atividades e não explorando aqui muito a questão, mais uma vez, do eixo Aveiro-Águeda, porque faz parte da ordem dos trabalhos. Eu queria aqui salientar alguns aspetos do relatório. Em primeiro lugar, que é muito importante e há bocadinho o Senhor Deputado Armando Grave referiu e eu comentei, a necessidade de termos uma eficiência cada vez maior da parte dos serviços. Portanto, avançámos com o estudo da estrutura nuclear e flexível da Câmara Municipal. É um trabalho que prossegue e que será trazido aqui à Assembleia em devido tempo. O objetivo é precisamente esse, Senhor Deputado, garantir ou, pelo menos, criar condições para um melhor desempenho dos serviços municipais. Falando em São Jacinto, que hoje aqui foi referido, e que é uma freguesia, todas são interessantes, mas esta tem, de facto, as suas especificidades e quando se fala nalgum ou se refere alguma letargia, não sei se poderei usar essa expressão, na freguesia, nós vamos ter aqui momentos, num futuro próximo, de grande verdade e aí vamos ver quais serão os posicionamentos face a possibilidades de, nomeadamente investimento em São Jacinto sobre as quais é muito importante que nós venhamos a pronunciar. No, entretanto, para além da questão dos transportes que eu já referi, temos aqui o CARSurf. O CARSurf é uma estrutura de grande qualidade que nós temos em São Jacinto, não sei se o Senhor Deputado conhece, e nós tivemos uma reunião com o Comité Olímpico Português e com a Federação de Surf e o objetivo é melhorar a utilização desta estrutura. A estrutura tem muita qualidade, mas, na nossa opinião, está de alguma forma subaproveitada e, portanto, queremos que hajam outras modalidades que possam utilizar aquela infraestruturas, ela possa ter outras utilizações e, por exemplo, uma novidade que posso dar em primeira mão, até a Senhora Presidente de Junta, se calhar, vai dizer isso não foi conversado comigo, mas é uma boa novidade. Nós vamos, através de regras*

*naturalmente, disponibilizar à população a possibilidade de poder utilizar equipamentos desportivos de exercício físico e tendo em conta que lá está, em São Jacinto, é difícil que alguém vá investir num ginásio por razões óbvias. Portanto, temos aqui uma valência com o investimento que vamos fazer e que vai permitir criar aqui uma nova possibilidade para a população. Portanto, têm especificidades e nós estamos muito atentos a elas. Falou-se aqui na questão dos níveis de todo o sistema de canais, referir que está em curso uma importante obra que são as comportas e as infraestruturas no canal de São Roque que, de certa forma, se relaciona também com o nivelamento dos canais, como é evidente. Referir a questão do barco moliceiro, que foi uma decisão da UNESCO. É um desafio também para todas as Câmaras municipais e autarquias da região da comunidade intermunicipal, no sentido de potenciar o facto de termos esta classificação. Eu deixo até aqui um apelo para a sociedade, isto tem que ser um trabalho mobilizador da sociedade. Todos podemos ganhar e devemos ganhar com isto. Se o moliceiro é uma marca da região que foi considerada património da UNESCO. Há bocado o Senhor Deputado disse que já não está muito nas lides, digamos assim, musicais, se bem entendi, mas pode voltar Senhor Deputado, porque temos aqui e quem diz na música, diz na poesia, diz nas manifestações do artesanato, vamos lá aproveitar esta marca que nos foi reconhecida, nós, Município de Aveiro como outros estão a fazer. Portanto, estaremos atentos a esta exploração, no bom sentido, deste reconhecimento que é muito importante para a região. Contactos com o Instituto do Emprego e Formação Profissional. Tivemos várias reuniões, como eu já foi dizendo, nós estamos interessados em rever a distribuição de espaços dos serviços municipais. Pretendemos, nomeadamente que o Centro de Congressos possa ter outras condições de trabalho e estamos a desenvolver esforços no sentido de poder arranjar uma solução para que os serviços do Centro de Congressos se possam expandir e, naturalmente, isso pressupõe uma negociação com o Instituto do Emprego e Formação Profissional de Aveiro e nacional e já tivemos reuniões locais e também com o Presidente nacional. Temos também outros projetos em curso com o IIEFP, mas a seu tempo virão aqui para conhecimento. Também faz parte do relatório o nosso empenho nas várias manifestações relativas ao Tech City, por exemplo, as residências artísticas, o hackathons, portanto, tudo isso continua, essa vertente que foi iniciada há alguns anos é para continuar. O parque desportivo de Aveiro dar nota que nós estamos no processo, como saberão, pelo menos os que estão no Executivo na reunião de Câmara. Houve a declaração ambiental que foi submetida agora para pareceres e nós estamos a fazer um trabalho profícuo, insistente e desenvolvido com os nossos parceiros, neste caso a empresa Visabeira, tendo em conta os desenvolvimentos e diria aqui uma nota de otimismo. Eu penso que será desta que os aveirenses irão encontrar o início de todo um desenvolvimento na área do parque desportivo, assim nos deixem trabalhar, porque, de facto, como eu tenho dito, quase todos os grandes desígnios e dossiers vêm depois acompanhados da correspondente, digamos assim, artilharia, seja política, seja por outras vias. Vamos a ver se este grande desígnio de tantos anos conseguirá ou não avançar imediatamente. Com os transportes, nós estamos atentos, já tínhamos dito, tivemos reuniões com o concessionário, estamos a ser exigentes com o concessionário, é preciso, termos dados, é preciso revermos a oferta de transportes, dissemos isso desde o primeiro dia para corresponder a oferta às*

necessidades. Naturalmente, isto tem que ser um trabalho que não se faz de um dia para o outro, ele é feito de articulação entre os serviços da Câmara Municipal e também do concessionário. Na área da educação, há obras difíceis, já sabemos, a escola do Solposto é uma delas. Temos aqui a referência que foi necessária para trabalhos complementares. Há obviamente uma vontade em que esta escola comece a funcionar rapidamente. Estamos a trabalhar para isso. Pavimentações, vem aqui no relatório ruas muito importantes que estão aqui referidas, algumas em que já foi possível dar sequência e, portanto, estão a ser feitos esses trabalhos e avançaram contratações nesse sentido. E, também, chamar a atenção da importante obra da margem esquerda do rio Vouga, não só pelas transferências que já estavam contratualizadas com a CIRA, como para a necessidade de a Câmara assumir responsabilidades naquela zona, que estavam previstas e que são necessárias para que a obra possa avançar. Senhor Presidente, neste último minuto, queria referir também a importância que damos à área da saúde. Nós recebemos os médicos que chegaram a Aveiro para fazer o seu internato. Estamos em conversações e temos conversado com a administração do Hospital de Aveiro no sentido de monitorizar os avanços no projeto de requalificação e expansão do Hospital e também nos centros de saúde. Nós temos a conclusão do Centro de Saúde de Nossa Senhora de Fátima, Requeixo e Nariz e queremos agora avançar para um plano geral de recuperação, também, nalguns casos são obras de menor dimensão, outras maiores, de toda a rede dos centros de saúde.”

### **Membros da Assembleia**

**Vogal Bruno Miguel dos Santos Fonseca (LIVRE)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [32](#)

“Sabemos que a gestão da Câmara com a dimensão de Aveiro é complexa. Não ignoramos os desafios da tesouraria nem a necessidade de cumprir a lei dos compromissos e muito menos a atividade ou as obrigações do Município, mas é fundamental que o Executivo e, sobretudo, o Senhor Presidente Luís Souto percebam a diferença entre poupança e gestão correta do Município. O Presidente do Executivo continua a alimentar uma narrativa de que Aveiro é uma Câmara rica e que avança a todo o vapor e que a atividade prossegue normalmente. Por favor, seja honesto. É verdade que transitou um saldo de gerência de cerca de 51 milhões de euros, mas peço-vos que tenham um mínimo de honestidade política para com os aveirenses. Os documentos das finanças do Município mostram, de forma clara, a outra face, quase 90 milhões de euros de passivo total, 44,1 milhões de euros de dívida ao Fundo de Apoio Municipal. Senhor Presidente, quem tem esta estrutura financeira não pode apresentar-se como um Município confortável e saudável na carteira. A carteira deste Executivo está furada e ainda não viu isso. Aliás, apresentar apenas o saldo de gerência sem o contexto do passivo é construir uma narrativa financeira incompleta. Para o LIVRE, uma boa gestão municipal não é a que acumula saldo numa gaveta em tempo de crise, é aquela que usa a sua liquidez e o seu endividamento, que deve ser saudável, para resolver os problemas de todos os aveirenses, repito, de todos os aveirenses e não a seleção que faz, de vez em quando, na sua secretária. E deixe que lhe diga, um dos grandes desafios de Aveiro hoje não é apenas atrair famílias e jovens, é conseguir fixá-los nosso concelho, sobretudo devido aos custos praticados na habitação.

*Formam-se na nossa Universidade, qualificam-se, mas quando tentam construir uma vida na cidade que escolhem para viver, estudar, encontram o mercado imobiliário incomportável, com oferta limitada, preços exorbitantes e vão-se embora. Quando a Câmara evita usar instrumentos financeiros disponíveis para promover habitação a custos controlados, está a confundir despesa morta com investimento que pode ter impacto no futuro da nossa cidade. A prudência financeira não pode servir de justificação para a inação política do Senhor Presidente. A Câmara Municipal não é uma empresa que procura lucro, mas deve ser o motor do desenvolvimento de todo um concelho. A habitação pública não é um custo, é retenção de talento, dinamização económica e futuro demográfico para a nossa cidade e para a nossa região. Acabo perguntando-lhe e esperando respostas objetivas e concretas, quanto do saldo de 51 milhões está efetivamente livre para novas políticas públicas, nomeadamente na área da habitação? Quantos fogos de habitação a custos controlados estão hoje efetivamente em obra ou em projeto? E sabendo que não são fundos da Câmara, porque é que o Executivo ainda não exerceu pressão com o IHRU para finalmente o projeto da Luzoestela sair do papel? Quantos agregados de jovens estão na lista à espera no Município? Vai o Senhor Presidente dar, efetivamente, prioridade à habitação que permita manter os jovens na nossa cidade e que os nossos concidadãos possam ter uma vida mais tranquila, sem terem de pensar se compram pão para comer ou pagam o metro quadrado, cada vez mais caro? Ainda há pouco falou dos moliceiros, como está o processo de eletrificação e de proteção desse nosso património? Porque ter um selo da UNESCO não é garantia, porque nós temos de melhorá-lo, temos de defender esse património, não é só vir para os jornais e vir dizer umas coisinhas para aqui, outras para ali, é preciso uma ação efetiva para manter um selo da UNESCO, não sei se sabia isso?”*

**Vogal Diogo Nuno Pereira Gomes (IL)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [33](#)

*“A análise da atividade municipal confirma uma realidade já conhecida. A Câmara Municipal de Aveiro continua a assumir um papel dominante na programação cultural da cidade através dos seus equipamentos e eventos. A programação municipal é importante, mas uma política cultural moderna não se mede por aquilo que a Câmara organiza, mede-se sim pelas condições que cria para que outros possam criar. E é aqui que importa trazer a visão da Iniciativa Liberal para a cultura. Município como facilitador e não programador dominante, liberdade de iniciativa cultural e redução de barreiras e custos de contexto. Aveiro tem talento, tem associações, tem criadores e tem público, mas muitos agentes culturais enfrentam uma dificuldade estrutural, a viabilização de programação cultural de pequena escala. Essa dificuldade começa na burocracia, nas licenças. Um espaço como um café tem que requerer licença de diversão provisória e licença de ruído com semanas de antecedência e um custo nada proporcional à dimensão do espaço e os proveitos eventuais. Hoje, um espaço como um café ou um bar para requerer estas licenças tem um limite de 10 licenças por ano. Na prática, isto significa limitar artificialmente o número de atuações possíveis. Isto é mais que regulação, isto é escassez induzida administrativamente. E, quando assim é, a consequência é simples, menos cultura, menos*

*programação, menos oportunidades para os artistas, menos diversidade cultural e menos dinamização económica local. E isto não é um problema cultural apenas, é também problema económico. Aveiro vive cada vez mais um turismo de passagem, os visitantes que chegam dão uma voltinha de moliceiro, passam ali no centro histórico e regressam à sua origem. Ora, o KPI crítico é fácil de identificar, é o número de dormidas. Sabemos como aumentar a permanência, não passa apenas por grandes eventos, necessitamos de um ecossistema cultural distribuído, contínuo e acessível. Cidades onde a cultura acontece todos os dias, são cidades onde as pessoas ficam para desfrutar do panorama cultural local. Mas há outra consequência desta política. Muitos artistas aveirenses acabam por atuar com maior facilidade em municípios limítrofes do que no próprio concelho, porque não encontram oportunidades para atuar na sua própria cidade. Ou seja, exportamos criação, não por estratégia, mas por dificuldade interna. Do ponto de vista da Iniciativa Liberal, isto exige uma mudança de abordagem, reconhecer a pequena programação cultural como política cultural, rever os limites administrativos que restringem a programação, simplificar o licenciamento e assumir uma política cultural orientada para o ecossistema. Este tema liga-se diretamente ao espaço público e aos artistas de rua. A criação de um novo regulamento, tema que a Iniciativa Liberal trouxe para debate, é uma oportunidade para fazer diferente. E aqui propomos um modelo simples, digital e previsível, inspirado num sistema que todos conhecem, o modelo dos parquímetros. O artista faz um registo único numa plataforma municipal, descrevendo a sua performance. Depois, sempre quiser atuar, seleciona uma aplicação ou um website, um dos locais predeterminados pela Câmara Municipal, o horário pretendido e paga uma taxa simbólica, que pode ser cobrada, inclusive, à hora que evita custos quando, por exemplo, as condições meteorológicas impedem a atuação. Propomos um sistema simples que reduz burocracia, um sistema previsível que reduz o conflito, um sistema digital que reduz a discricionariedade e, acima de tudo, permite que mais cultura aconteça. Permitir não é desregular, permitir é tornar possível. Coloco, por fim, três questões ao Executivo. Pode tomar nota. Reconhece o Executivo que o limite anual de licenças constitui hoje uma barreira à programação cultural de proximidade e está disponível para o rever? Pode o Executivo afirmar que a política cultural municipal está orientada prioritariamente para criar condições para terceiros programarem e não para reforçar a programação diretamente produzida pela Câmara? E qual é o calendário concreto para apresentação do novo regulamento para artistas de rua e que compromissos assume o Executivo como princípios de simplificação, redução de barreiras e digitalização? Senhor Presidente, a política cultural moderna não é centralizada, é distribuída. Cultura não se agenda, cria-se e se queremos mais dormidas, precisamos de mais cultura viva, se queremos mais cultura local, precisamos de mais programação independente e se queremos reter talento artístico, precisamos de menos obstáculos. Uma Câmara forte culturalmente não é a que faz tudo é a que permite que muitos façam.”*

**Vogal Matilde Cardoso Pereira Soares Machado (CHEGA)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [34](#)

*“No ponto 7 do documento que nos foi disponibilizado na semana passada, deparamo-nos com a vangloriação da aprovação por unanimidade do Regulamento Social de Apoio ao Bombeiro, na passada reunião de Câmara do dia 4 de dezembro, salvo erro. Pois bem, o Regulamento Social de Apoio ao Bombeiro, uma proposta que nós, Partido CHEGA, que fazia parte do nosso programa eleitoral e que nós assumimos como prioridade deste mandato. Defendemo-la porque quem arrisca a vida pelos outros, não pode viver apenas de aplausos ocasionais, nem de publicações elogiosas nas redes sociais. E a propósito de publicações, não posso deixar de referir o lapso recente no aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Aveiro Velhos, em que a Câmara felicitou a associação pelos seus 114 anos, apagando por distração ou desconhecimento, 30 anos da sua história. Volto a referir três décadas. Por um lado, seria extraordinário que este número estivesse correto, significaria que ainda estariam entre nós muitos homens e muitas mulheres que dariam e que deram a vida por aquela casa. Arriscar-me-ia a dizer que seria um milagre estatístico. Por outro lado, no mínimo, quem escreve posts tão elogiosos deveria estudar um pouco o assunto antes de carregar no botão publicar. Mas, mais importante do que corrigir datas, é garantir o respeito efetivo e isso faz-se com medidas concretas. Hoje temos um regulamento em marcha, mas sem expressão no orçamento de 2026. Se o impacto financeiro é moderado e sustentável, então estamos perante uma questão de prioridades políticas. E a pergunta que deixamos e que queremos ver respondida é muito simples. Que medidas concretas vai a Câmara pôr em prática para que este regulamento seja uma realidade no ano de 2026? Porque quando a sirene toca, os bombeiros não respondem para o ano e talvez devêssemos fazer o mesmo, porque nós, o Partido CHEGA, agarrar-nos-emos a este regulamento, como o mexilhão se agarra à rocha.”*

**Vogal Ana Maria da Cunha Loura Oliveira (CDS-PP)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [35](#)

*“A análise do relatório de atividade municipal, referente ao período de 1 de dezembro de 2025 a 30 de janeiro de 2026, evidencia uma governação ativa, estruturada e orientada para resultados concretos. Desde logo, importa destacar a dimensão cultural e comunitária. A iniciativa “Boas Festas em Aveiro” mobilizou dezenas de expressões artísticas e centenas de participantes, afirmando a cidade como espaço de cultura acessível e de identidade partilhada. A programação do Teatro Aveirense, a valorização do património como o barco moliceiro, cujo reconhecimento internacional junto da UNESCO constitui um momento histórico para Aveiro, demonstram uma política cultural consistente e ambiciosa. No plano estrutural, merece relevo a evolução do eixo rodoviário Aveiro–Águeda, investimento de cerca de 109 milhões de euros, com integração no PRR, tecnicamente concluído e pronto para execução. Trata-se de uma infraestrutura estratégica que reforça a competitividade regional, promove a mobilidade e prepara o território para os desafios económicos das próximas décadas. Assinalamos também a modernização da estrutura nuclear e flexível dos serviços municipais, com foco na simplificação administrativa, digitalização e valorização dos recursos humanos. Esta reforma interna revela uma preocupação legítima com a eficiência do Estado local e com*

*a qualidade do serviço prestado ao cidadão. No domínio social, sublinho a criação do Regulamento de Apoios Sociais aos Bombeiros e a preparação de um regulamento para atribuição de prestações pecuniárias em situações de carência económica e risco social. São medidas que traduzem uma visão de proximidade, justiça e responsabilidade social. Destaco ainda o equilíbrio fiscal assumido para 2026, com redução da participação variável no IRS e manutenção de medidas como o IMI Familiar, sinal claro de uma gestão financeira prudente, mas sensível às famílias e ao contexto económico. Este relatório revela uma autarquia que investe, que reforma, que apoia e que valoriza o seu património e as suas pessoas. Uma governação que conjuga desenvolvimento económico, coesão social, sustentabilidade ambiental e identidade cultural. Por estas razões, e reconhecendo o trabalho desenvolvido, manifestamos o nosso apoio à atividade municipal apresentada.”*

**Vogal Cláudia Maria Cruz Santos (PS)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [36](#)

*“O primeiro assunto que queremos tratar é o plano de pormenor do Cais do Paraíso. Ele é referido na página 5 do mapa de contencioso e no ponto 20 do relatório de atividades, mas a informação é muito insuficiente e, por isso, temos de fazer algumas perguntas muito concretas. Vamos recordar a fita do tempo. A 12 de dezembro, a Câmara revogou o plano de pormenor por iniciativa dos vereadores do PS. A 22 de dezembro, na Assembleia Municipal, os Deputados eleitos pela Aliança ressuscitaram o plano de pormenor. A 9 de janeiro, houve buscas na Câmara Municipal de Aveiro realizadas pela Polícia Judiciária. E a primeira pergunta que dirigimos ao Senhor Presidente da Câmara é a seguinte: essas buscas relacionaram-se ou não com o plano de pormenor do Cais do Paraíso? A 19 de janeiro, menos de um mês depois da reunião desta Assembleia, em que se ressuscitou esse plano de pormenor, a 19 de janeiro, o Ministério Público requereu uma providência cautelar contra o Município de Aveiro. Podemos ler no mapa do contencioso que vou citar: ‘apontando ilegalidades ao plano de pormenor do Cais do Paraíso, o Ministério Público pediu que seja reconhecida a situação de especial urgência e que haja uma suspensão com força obrigatória geral daquele plano de pormenor.’ A 21 de janeiro, o Tribunal decretou a providência cautelar, mas ainda não sabemos o que fez o Município relativamente a isso. Segunda pergunta: houve ou não oposição à providência cautelar? E se houve, com que fundamentos? Nós alertámos na Assembleia Municipal de 22 de dezembro, com base em toda a informação que já era pública nessa data, vou ler excerto da ata 4, ainda provisória, página 18, a ata refere aquilo que nós afirmámos: ‘é este plano de pormenor, é a sua ressurreição que vai bloquear durante muito tempo a existência de uma solução condigna para o Cais do Paraíso.’ E vou agora citar a resposta do Senhor Presidente da Câmara, a 22 de dezembro, quando alertámos para os imbróglis do plano de pormenor, ata n.º 4, página 5, palavras do Senhor Presidente da Câmara, portanto. ‘A Senhora Deputada Cláudia Santos vem aqui falar em inquéritos criminais, não tente confundir as pessoas com a linguagem que não leva a lugar nenhum. A Senhora quis passar a ideia que há aqui uma investigação criminal, a Polícia Judiciária está em campo. Isso não é verdade, Senhora Deputada, e não lhe fica bem vir com isso.’ Fim de citação. Aquilo para que alertámos, infelizmente, aconteceu. Há uma suspensão com força obrigatória geral do*

*plano de pormenor que os Senhores ressuscitaram. A solução de que o Cais do Paraíso precisa há anos ficou bloqueada e nós queremos saber se o Senhor Presidente da Câmara pretende pedir desculpa aos aveirenses pelos danos que lhes está a causar a ressurreição de um plano de pormenor a que o Ministério Público aponta ilegalidades e cuja execução está, por isso, suspensa. O segundo assunto é a Escola Secundária Homem Cristo referida pelo menos duas vezes no relatório de atividades, mas sempre de forma insuficiente. Menciona-se apenas a construção da nova escola, páginas 42 e 43. A Escola Secundária Homem Cristo completou 166 anos no dia 15 de abril e enviamos os nossos cumprimentos e a nossa gratidão a todos os que lá trabalham e estudam em condições que estão longe de ser as adequadas e que há muito deveriam ter tido respostas. Trata-se de um edifício inaugurado em 1860, como Liceu de Aveiro, o primeiro edifício em Portugal a ser construído de raiz para ser um liceu, tem uma localização privilegiada, uma história que merece ser preservada. É um edifício que não se abandona só porque precisa de obras. A decisão de transferir a Escola para um edifício novo e noutra lugar, até pode ter justificações, nós precisamos é de as conhecer e, por isso, há respostas que têm de ser dadas, os aveirenses têm o direito de saber. Perguntas: a requalificação do edifício atual é ou não possível e custaria quanto? A construção da nova Escola custará quanto? Quais são as vantagens da nova localização? A nova Escola terá quantas salas e capacidade para quantos alunos? Qual é o ganho, relativamente à Escola atual? Vai se retirar espaço à escola João Afonso? Quais são os pareceres que sustentam a decisão de construir uma Escola nova noutra sítio? O que vai acontecer ao edifício onde a Escola Homem Cristo ainda funciona? Não é boa política retirarmos os aveirenses do centro da cidade. Já sabemos que o Senhor Presidente da Câmara acha que a vocação do bairro da Beira-Mar é movida noturna e turística, o que lamentamos, e queremos perceber qual é que acha que é vocação do edifício cheio de história que ainda aloja a Escola Homem Cristo? As perguntas são claras, esperamos que tenham resposta desta vez, começa a ser tempo de que as perguntas aqui feitas tenham resposta.”*

**Vogal Joaquim Manuel da Silva Marques (PPD/PSD)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [37](#)

*“Em relação a este ponto 1, a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, eu gostaria de falar sobre 2 aspetos. Em primeiro, congratular-me com o estudo que a Câmara está a levar a efeito no sentido de analisar, de redefinir ou manter, não sei, a estrutura da Câmara Municipal. E em relação à estrutura da Câmara Municipal e o Senhor Presidente corrigir-me-á se eu estiver enganado, neste momento a Câmara, em termos de recursos humanos, deve rondar os 800 funcionários, mais coisa menos coisa. O que eu gostaria de saber é dada a dificuldade de resposta por parte dos serviços da Câmara, às solicitações que lhe são remetidas, o que é que acontece com estes colaboradores que nós temos, nomeadamente aqueles que estão mais afetos aos serviços? Se há falta de recursos nessa área ou se havendo os recursos e estando no quadro, o que é que lhes está a acontecer? Porque eu não quero crer que seja verdade aquilo que me chegou aos ouvidos, mas aguardo essa informação, em função da resposta do Senhor Presidente. Depois a questão da pavimentação das vias. Falou e bem, o Senhor Presidente*

*que é necessário, e têm feito trabalhos de repavimentações nalgumas vias, naquelas que são possíveis. A mim preocupa-me essas e essas a gente sabe que não pode ser quando a gente quer, mas tem de ser quando é possível e quando a legislação nos permite realizar, porque sabemos temos que abrir concursos públicos e aquelas coisinhas todas por aí. A mim o que me preocupa particularmente são aquelas que decorrem de investimentos já feitos, cujas obras se encontram ainda sobre o timing da garantia e que essa é responsabilidade do respetivo empreiteiro. Essa não temos que estar à espera. Essa a Câmara tem que chamar a atenção ao empreiteiro, para o empreiteiro repor as situações da forma correta. E estou-me a lembrar particularmente de duas ruas, ambas aqui em Aveiro. Eu nem falo fora da cidade, falo mesmo em Aveiro, que é o caso da rua Comandante Rocha e Cunha que teve uma intervenção há um ano, sensivelmente mais coisa menos coisa, e já tem para lá buracos até mais não. Particularmente, quando chegamos ali quase à zona da estação, ali naquela transversal, que não me vem agora o nome da rua. E a outra rua, esta já com uma intervenção com mais tempo, mas ainda dentro do prazo da garantia da obra, que é a rua Cândido dos Reis, que também tem o mesmo problema. Convinha que os serviços ou quem de direito, se temos ou não disponibilidade para isso, no sentido de averiguar o estado e questionar o respetivo empreiteiro para quando, não é se pode ou não pode, é para quando é que vai ele fazer a intervenção.”*

**Vogal Armando Carlos da Silva Grave (CHEGA)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [38](#)

*“Gostaria, antes de mais, de pôr uma questão ao Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente do Executivo, esta primeira questão vai ser muito simples e tem a ver com as pessoas que se têm dirigido a nós a apresentar questões e uma delas que eu achei que deveria apresentar neste momento, é esta: se o Senhor Presidente sabe qual é o tempo médio de espera para ser atendido em audiência pelos serviços da Câmara? Porque há cidadãos, há municípios que dizem que não conseguem aceder às pessoas. Não estou a referir-me a entregar lá os documentos. Estou a dizer quando são assuntos mais específicos e eles não conseguem ser atendidos. Portanto, gostaria, se me puder dar alguma informação sobre isso, agradecia. Relativamente à segunda questão, era esta e era sobre o trânsito, na sequência da intervenção do Vereador Diogo Machado em sede do Executivo, quero realçar que esta bancada o está a acompanhar, tanto na forma como se exprimiu sobre o trânsito na reunião do Executivo, como também no objeto. Os aveirenses estão a constatar uma circunstância. O trânsito está caótico, nem era preciso dizer, basta sair à cidade. Todos sabemos que a responsabilidade não é deste Executivo, mas consequência de obras e estratégias que se constata, ou melhor, já se sabia não serem aptas para a cidade de Aveiro. Durante o dia, a cidade vive parada no trânsito, em qualquer lugar da cidade. A avenida Doutor Lourenço Peixinho, que é o eixo estruturante da cidade, deixou de o ser. A avenida 25 de Abril, a chamada rotunda do Rato, as pontes, rua Clube dos Galitos, acesso ao estacionamento do Rossio. É nosso entendimento que o Executivo tem de corrigir estes percursos. Estas avenidas funcionavam e podiam funcionar melhor, mas não, estão a funcionar pior. A lógica elementar da circulação é circular e não*

*parar e obstruir as vias de circulação, como se vê no acesso, por exemplo, à rotunda do Rato em horas de ponta. E, já agora, Senhor Presidente, gostaria que me dissesse qual é o trajeto que se deve seguir para quem está dentro da cidade e quer estacionar no Rossio, quem está dentro do perímetro urbano e daqui quer estacionar no Rossio. Penso que só saindo daquilo que nós chamamos o perímetro urbano e depois entrar outra vez na cidade, portanto, penso que é isso que terá que fazer e é isso que me têm dito. Gostaria que o Senhor Presidente me confirmasse ou dissesse que estou enganado, se for o caso. Não queremos ver a cidade parada e o trânsito também não pode parar. Para que Aveiro não pare, literalmente, este Executivo tem que pôr mãos à obra e corrigir os erros cometidos no Executivo anterior.”*

**Vogal Fernando Manuel Martins Nogueira (PS)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [39](#)

*“Também eu vou ao contencioso, o Ministério Público solicitou elementos ou informações, entre outros assuntos, sobre o parque urbano das marinhas, vulgo terreno da lota, e o empreendimento no parque de estacionamento, dito autocarro bar. Nós sabemos que o Senhor Presidente preferia a tranquilidade dos seus pequenos almoços a ter que nos ouvir falar sobre as litigâncias, mas o Estado de Direito não foi e não vai ser abolido e estes processos continuam a suscitar-nos algumas interrogações e então vamos lá a isso. Sobre a lota, questioná-lo se já foi dada resposta, aproveitando para lhe fazer quatro perguntas, nomeadamente, que informações é que foram solicitadas? Com que enquadramento contratual é que prossegue o trabalho com a equipa projetista deste loteamento, uma vez que o contrato caducou em 25? E, além disso, não sabemos se vai usar as suas competências próprias ou as da Câmara para estender o contrato ou para celebrar um novo contrato? Mas o que é estranho é o Executivo que o acompanha não saber o que é que pretende fazer com isto. A outra pergunta relacionada com isto é, se no entender do Senhor Presidente as recentes cheias não vieram avolumar as razões para termos um debate alargado sobre esta proposta de loteamento? Pelo que percebemos, vai continuar a apostar nos santos, mas nós gostávamos de ter um debate que não fosse só baseado na sua fé. E a outra questão que é, também devíamos, ou nós achamos que o Senhor Presidente devia, de visitar o plano municipal da ação climática e até perguntar se acha adequado que a rubrica própria relativa às GOP deste plano esteja a zero e que as ações propostas relativamente a ele, a pagar não sei como, se restrinjam a bacias de retenção e condutas de águas pluviais? É um pouco sarcástico, mas faz sentido questionarmos o que é que nós queremos fazer, perante os santos que nos ajudaram, mas que no futuro podem não nos ajudar. E sobre o empreendimento do autocarro bar, duas perguntas simples: que informações foram solicitadas? Lembrando de que o PS se opôs à alienação daquela parcela. Não vamos ter essa discussão, mas ainda mais veementemente ao programa de ocupação que lá está e se o Senhor Presidente sabe, ou procurou saber, se o que já está edificado e está à vista de todos obedece ou não o programa de execução previsto aquando daquele processo de alienação? E a pergunta é simples, sim ou não obedece, ou sabe se obedece? Finalmente, relativamente ao contencioso, ainda vemos que há cinco ou seis recursos relativos à avaliação de desempenho pessoal. Alguns vêm desde 2020, do*

*mandato anterior, e a pergunta que lhe queríamos fazer é se há alguma situação digna de menção, relativamente aos processos de avaliação que estão no contencioso? Relativamente à avaliação e funcionamento dos órgãos e em nome do PS gostávamos que nos providenciasse os elementos relativos à Comissão Paritária e ao Conselho Coordenador de Avaliação, que são quem faz estas funções, aos atuais e aos cessantes, se tivesse sido o caso de terem sido substituídos recentemente.”*

### **Da Câmara Municipal**

#### **Presidente da Câmara:** [40](#)

*“Bom, respondendo assim ou tentando de forma sucinta, há aqui questões, boa parte delas tem a ver com a justiça e perguntam-me e associam buscas, novamente, isto é um tema que está mais que tratado, mas há aqui um fetiche do PS com este tema do Paraíso, como há aqui uns dois ou três que a gente já percebeu e, portanto, isto serve e vai servir e vai voltar, sistematicamente, porque isto é que vos anima, que é o vosso propósito é ver esta cidade bloqueada nas várias frentes em que ela estava lançada para ter uma grande dinâmica. E, por isso é que eu digo, vamos indo e vamos vendo se realmente conseguimos avançar com alguns destes grandes projetos ou se não temos aqui estas forças de bloqueio a atuar sistematicamente. Quanto a esta associação, a Senhora Deputada Cláudia Santos diz aqui, ou alega, que houve buscas na Câmara relativas ao PP, ou está a perguntar, eu não lhe respondo. Pronto, a essa pergunta eu não lhe respondo. E depois diz que há uma providência cautelar e que são apontadas ilegalidades. Eu acho que a Senhora Deputada é de formação jurídica, ou até uma eminente professora, ao que dizem, academicamente, temos que respeitar. Mas, Senhora Deputada, o que é que significa isso? Que o Ministério Público defende ou que possa ter havido? A Senhora Deputada sabe melhor do que qualquer um que está aqui e dos que nos estão a ouvir, que isso não significa nada, porque o Ministério Público não é juiz, pode até entender que acha, que se calhar, houve. Aguardamos serenamente, foi sempre que eu disse e eu gostava que o PS passasse a ter um pingo de serenidade nestas questões que envolvem, realmente, Ministério Público, processos judiciais e que não usasse essas matérias para a chicana política, que é isso que vocês gostam muito de fazer e eu não entro nesse jogo. Portanto, tudo o que sejam processos judiciais, seja através de ações que estão no seu direito, era só o que faltava. Eu disse sempre investiguem tudo o que tiverem a investigar, foi sempre que eu disse, mas investiguem quem tem que investigar e se assim entenderam fazer, estão a fazer o seu trabalho nas várias áreas em que aqui são mencionadas. Aguardemos com serenidade as conclusões e não tirem conclusões precipitadas, nem tentem aqui iludir quem não percebe muito das leis e do funcionamento do Estado de Direito e vir dizer aqui que aponta ilegalidades. As pessoas que estão a ver ficam com a ideia que efetivamente está concluído que foram praticadas ilegalidades e isso nunca foi por nós recebido em parte nenhuma em relação a nenhum dos temas que trouxeram para aqui. E não vou pormenorizar e não vou responder à sua pergunta por razões que a Senhora Deputada também sabe e entende melhor que ninguém. Portanto, não adianta estar aqui a pôr-me questões que sabe que eu não tenho nada que responder. A Senhora Deputada Matilde Machado falou nos bombeiros, nós estamos a trabalhar na melhoria, portanto, na elaboração de um*

*regulamento de apoios. Todas as sugestões são bem-vindas na fase, precisamente os processos foram iniciados, todos os contributos são bem-vindos. E acho bem que seja, portanto, quando diz que vai ser o mexilhão que fica ali, muito bem. Nós também precisamos disso para estarmos sempre diligentes e não perdermos o objetivo, que é como ao vosso, de valorizar os bombeiros e vamos valorizando, vamos investindo. Nós apoiámos agora os bombeiros, por exemplo, numa terceira ERPI, quer dizer, uma equipa permanente, porque hoje em dia falou na sirene, praticamente já não a sirene. Quando eu era miúdo, de facto, tocava a sirene, morava ao pé dos bombeiros e lá ia eu anunciando onde é que era o incêndio. Mas isso, Senhora Deputada praticamente já não há sirenes, há cada vez mais, uma quase profissionalização. É nesse sentido que as realidades estão a evoluir, sem prejuízo do voluntariado que deve ser, e muito bem, como a Senhora Deputada disse, reconhecido e estamos aqui para isso. Lapsos no aniversário, penso que foram logo corrigidos, faz parte. Numa organização destas, muito grande, houve esse lapso do aniversário, mas eu estive lá presente, dei uma palavra de confiança aos bombeiros, como damos sempre eu, e o e o seu vice-Presidente, Rui Santos, que tem esta área e traduzido em atos concretos. Portanto, depois o detalhe, claro que não é agradável qualquer lapso, nós não ficamos bem e não queremos que eles ocorram em qualquer área da Câmara Municipal. Senhor Deputado Diogo Gomes, estamos de acordo, bem-haja pelo seu contributo. Eu, praticamente, assino em baixo de quase tudo o que disse. Olhe, eu tenho essa visão, aquilo que referiu que, de facto, não devemos ter uma perspetiva estatista em área nenhuma, até lhe digo é minha convicção, nenhuma, mas antes complementar. Se tiver conhecimento de alguns artistas que não encontram oportunidade para atuar em Aveiro, eles que venham falar connosco. Aliás, eu vou lhe dizer o seguinte, está marcado um encontro, isto até parece que foi combinado, quem ouvir isto pensa, isto foi a pergunta que foi combinada entre os dois, está marcado precisamente um encontro com agentes culturais, chamemos assim, para que possam expor aquilo que foi, eventualmente, portanto, terá sido então veiculado ao Senhor Deputado. Mas, queria dizer, fala em aumentar a permanência, estou perfeitamente de acordo consigo, estamos a trabalhar para isso, mas também é preciso lembrar, Senhor Deputado, já foi ao Festival dos Canais? É uma iniciativa que atrai e convida as pessoas a ficarem. Já foi ao festival PRISMA? Convido-o a vestir o equipamento e vá na Maratona da Europa, Senhor Deputado. Está a chegar a maratona da Europa, este ano vai ter 2 dias. Tudo isto ajuda à permanência, mas eu concordo inteiramente com o que disse e essa é a nossa agenda, não tenha dúvidas, as coisas não vão ser transformadas em três meses, que é o nosso tempo de vida nesta Câmara Municipal, mas estamos a trabalhar nisso diariamente. Estamos perfeitamente de acordo em relação a esses objetivos que, e bem, referiu. O Senhor Deputado do LIVRE, Bruno Fonseca. Não havia necessidade, como diz o outro. Senhor Deputado, é evidente que a Câmara Municipal tem uma dívida ao Fundo de Apoio Municipal, porque o Partido Socialista na sua gestão, levou a que a Câmara ficasse, como dizia o célebre ex-Primeiro-Ministro Durão Barroso, de tanga. Eu não queria estar a falar nisto sempre, não é como o Partido Socialista com o Paraíso, etc. Pronto, já que me deu oportunidade, então olhe, temos sim Senhor, Senhor Deputado, temos uma dívida. Até é bom o Senhor Deputado ter lembrado, porque não vão os aveirenses pensar lá pelo facto*

*de estarmos a gerir bem esta Câmara, do Senhor Engenheiro Ribau Esteves ter gerido bem esta Câmara, praticamente ninguém dá por ela e nem se ouve falar em problemas de gestão e os aveirenses menos atentos, podiam pensar, afinal de contas, até nem há dívida nenhuma já. Há, sim Senhor, porque aqueles anos difíceis, estão a ser pagos por nós e vão continuar a ser pagos por muitos anos. Essa é a fatura que temos que pagar. Portanto, ninguém está aqui a esconder. Temos, sim Senhor, uma dívida. Foi contraído um empréstimo. Também não vale a pena. Toda a gente sabe se precisamos de comprar uma casa, em geral, temos que fazer um empréstimo. Portanto, há empréstimos que são virtuosos. A Câmara Municipal tem capacidade de endividamento muito superior àquela que neste momento tem. Portanto, ainda há e se for necessário e se justificar, cá estaremos, isso também é parte da boa gestão, sem qualquer complexo. Senhor Deputado Bruno Fonseca, tocou aqui num tema muito importante e que eu estou, não podia estar menos de acordo consigo, a habitação, nós já sabemos todos aqui que é o problema número um de Aveiro, de Portugal e da Europa, Senhor Deputado, da Europa, é só estar atento. O que é que tem sido feito, diz os custos controlados, há trabalho na área da habitação a custos controlados. É preciso acompanhar o que tem vindo a ser feito. Sabe que tudo isto que é construção não se faz em três meses, nem em seis. O que é que acontece? Tem que estar atento, por exemplo, aos desenvolvimentos a custos controlados que estão a crescer, ainda não estão terminados, na freguesia de Aradas. Uma operação importante com cerca de 300 fogos. Falou na questão da antiga Luzostela e diz-me, isto é que eu já não posso aceitar porque é injusto, Senhor Deputado, mas eu compreendo que o Senhor não sabe também o que é que eu ando a fazer e ouça não há problema sobre isso. Agora dizer que é uma inação do Presidente, isso é que é completamente injusto. Eu vou-lhe dizer, porque estou certo que terá isso em conta, que não temos baixado os braços. Estive há dias reunido que o Senhor Ministro das Infraestruturas. Poderá perguntar, mas para que é que foi reunir com o Ministro? Fui para ver se ele fica entusiasmado, como nós estamos, em soluções habitacionais que vão fazer a diferença, assim nos ajudem e não nos obstaculizem, nós vamos ter aqui uma novidade em termos habitacionais, bem situada, a preços acessíveis, mas, para isso, é preciso uma concertação e é preciso muito trabalho, Senhor Deputado, é preciso muito trabalho. Nós estamos a fazer, a reunir, a criar cenários possíveis para que isso venha a ser uma realidade, que nunca é por passe de mágica, porque a habitação demora, como todos nós sabemos. Mas as sementes que estamos a lançar e estamos muito convictos, vão abrir aqui uma perspetiva muito interessante e também fomos lembrar o Senhor Ministro, também, a questão que foi aqui referida por si, na questão do IHRU, da Luzostela, tudo isso. Portanto, nós não estamos nada parados, estamos a trabalhar incessantemente na área da habitação. Mas não se esqueça que o Governo acabou, aliás, o Governo e depois a Assembleia, agora muito recentemente, aprovou um pacote de medidas que vai ser extremamente impactante, o IVA a 6% na construção. Já viu o impacto que isto vai ter? Enorme. Reduções no IRS muito consideráveis, atuação na área das mais-valias. Eu sempre disse em reuniões de Câmara e também aqui, porque o tema da habitação e não há problema nenhum e eu concordo, é um tema tão importante que tem que vir aqui várias vezes, mas eu sempre disse, é preciso também ver quais são as políticas de habitação do Governo, porquê? Porque elas condicionam decisões que depois vamos*

*tomar a nível do Município. Portanto, nós estamos a trabalhar nessa área, falou e muito bem, ela é crítica para os aveirenses e estamos muito atentos a ela. Senhor Deputado Joaquim Marques, não percebi muito bem a dúvida, há um partido que eu ouvi, desculpe lá, mas é verdade, a líder defender despedimentos na função pública, que foi aqui o Partido da Iniciativa Liberal. Nós, o nosso partido, que é o seu e o meu, nunca defendeu isso e, portanto, isso não está em causa. Quando falamos de reorganização é sob o ponto de vista funcional, mas há uma coisa, Senhor Deputado que nós queremos, nós queremos ver toda a gente a trabalhar, isso queremos. Em relação à questão da garantia, tem razão. Nos próximos dias, aliás, na Avenida Lourenço Peixinho vai exatamente avançar essa ação, no âmbito da garantia de obra e estamos atentos a outras e concordo consigo, tem que haver aqui um trabalho muito robusto de fiscalização sobre obras que foram feitas por privados. Isso é, sem dúvida nenhuma, da maior relevância. Senhor Deputado Armando Grave, o trânsito caótico. Eu queria lhe dizer assim, Senhor Deputado, tem horas, mas é que é mesmo assim. O Senhor Deputado Armando Grave, se realmente vai naqueles picos que todos nós sabemos quais são, então é, de facto, complicado. Exemplo, a Avenida 25 de Abril tem o pico dos horários das escolas. Passe lá depois é uma calma que até nem parece uma cidade com a nossa dimensão. Faça o exercício Senhor Deputado e vá fora das horas das escolas. Há realmente ali um pico, porque os pais também têm esta posição que nós já sabemos, isso também já se passou comigo quando tinha crianças pequenas, querer deixar o mais perto, mais perto, mais perto, às vezes até com crianças já grandes fazem isso, isso é que já não deveria acontecer. E pronto, há aquele pico. A avenida Lourenço Peixinho também tem e nós estamos atentos, reconhecemos que é preciso intervir e estamos a proceder a uma reavaliação que não pode ser casuística, tem que ser mesmo estudada por quem é especialista na matéria, propor soluções e depois vamos analisá-las. A rotunda chamada do Rato. No outro dia estive com o verdadeiro Rato, ficou contentíssimo e ainda me pediu para que colocassem lá a placa rotunda do Rato, não sei se isso depois terá consenso aqui. Mas, essa célebre rotunda está prevista uma intervenção para desnivelar, era o que estava previsto e continua nos nossos objetivos. Senhor Deputado Fernando Nogueira, tudo o que são questões judiciais, eu não vou responder aqui. Se o Senhor Deputado entender, faz um requerimento, que tem todo o direito, será respondido nos termos precisos jurídicos e que a lei permite responder e será satisfeito todas as suas questões. É uma opção, podem criticar. Eu não venho para aqui discutir processos judiciais, seja contra quem for e também não venho discutir para aqui questões de processos disciplinares ou pessoais. Há toda uma dinâmica de contencioso, como sabe, realmente são matérias que eu considero que requerem algum recato e tecnicamente, do ponto de vista jurídico, exigem uma resposta que será dada a si, à Senhora Deputada, todos que estão interessados, mas será dada por escrito. É a minha opção, podem criticar, mas qualquer pessoa pode pedir, mas será dada por escrito.”*

### **Membros da Assembleia**

**Vogal Bruno Miguel dos Santos Fonseca (LIVRE)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [41](#)

*“Senhor Presidente, permita-me ainda um último ponto, ou vários, no âmbito da atividade municipal. Aveiro continua a atrair população, quem quer viver e trabalhar e quem quer visitar e isso é positivo, não posso negar. Mas a verdade, também, é que o Município não está a preparar, à mesma velocidade, a resposta estrutural necessária, sobretudo na área da habitação e nos serviços. Sem oferta de habitação acessível, o crescimento torna-se desequilibrado, aumenta a pressão sobre o mercado e agravam-se as dificuldades de fixação de famílias e jovens. O que hoje se exige ao Executivo, não é apenas acompanhar números e tabelas, é antecipar as prioridades, a demografia e agir preventivamente. Pergunto por isso, que medidas adicionais o Executivo vai seguir em 2026 para alinhar o planeamento municipal na coesão e inclusão, nomeadamente na área da habitação, tendo igualmente em vista uma revisão séria e prioritária do Plano Municipal de Habitação e Alojamento de Aveiro aprovado em 2025? Eu lembrei-lhe da dívida, mas não me respondeu o que vai fazer com os 51 milhões de saldo de gerência. Também gostaria de ter uma resposta muito rápida nisso. E comentou que estão a semear, o seu antecessor também semeou bastante tempo e até hoje não colheu nada. Ou seja, gostaria de saber se está a semear para um deserto, porque nós precisamos de respostas e soluções imediatas, não precisamos de estar sempre o Executivo, o Senhor Presidente, a falar que vão apresentar medidas, que estão a semear, que estão a fazer isto e aquilo, mas onde é que está? Onde é que estão as plantas, onde é que está a colheita, porque já o seu antecessor dizia o mesmo.”*

**Vogal Diogo Nuno Pereira Gomes (IL)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [42](#)

*“Eu antes de mais quero agradecer o facto de estarmos em acordo e nós ficamos muito contentes e iremos monitorizar que, efetivamente, conseguimos dar um outro empenho à cultura que não passe pela programação feita pela Câmara Municipal. Não obstante, houve aqui duas perguntas que ficaram por responder, nomeadamente o que diz respeito ao limite anual de licenças, porque é uma barreira. Nós fomos falar com agentes culturais que nos disseram que é uma barreira, eles não conseguem programar eventos pequenos. Estamos a falar, não é de grandes artistas, como aqueles que a gente pode trazer nos grandes eventos, ao Teatro Aveirense, etc. Não, estamos a falar daqueles pequenos artistas que estão a começar, que querem atuar num café para 15, 20 pessoas e pagar uma taxa ou a soma das taxas que é 150 euros, como é que um café com um artista que se está a lançar vai reaver 150 euros? Não faz sentido, portanto temos que criar aqui um sistema de taxas que seja ajustado a estes pequenos sítios, porque é isso que se está aqui a falar. E o outro aspeto, que também não me respondeu, que é qual é o calendário concreto para apresentação do novo regulamento para os artistas de rua e qual é o compromisso em que isso aconteça, porque já falámos aqui sobre esse assunto, falou que iam trabalhar no assunto, e nós também somos como o CHEGA, também somos mexilhão, não é? A gente também se vai agarrar e, portanto, vamos estar aqui colados a fiscalizar, a palavra deste dia é fiscalizar o que é que a Câmara Municipal faz. E por favor, responda às perguntas, porque hoje fizeram-lhe muitas perguntas, respondeu-lhe o que lhe apeteceu. Eu acho que vou passar a fazer um requerimento para ter respostas escritas.”*

**Vogal Matilde Cardoso Pereira Soares Machado (CHEGA)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [43](#)

*“Duas coisas bastante rápidas. Relativamente à sirene, Senhor Presidente, eu, infelizmente, sei que poucas vezes a sirene já toca e naquelas que toca, não são muito boas. Segunda questão, o Senhor Presidente não nos conseguiu responder quais são efetivamente as medidas concretas e gostava também que me respondesse, se nos consegue garantir que este regulamento vem a esta Assembleia ainda este ano, porque nós vamos fazer tensões que ele venha ainda este ano à Assembleia.”*

**Vogal Cláudia Maria Cruz Santos (PS)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [44](#)

*“O Senhor Presidente da Câmara não respondeu a uma única das várias perguntas que lhe fizemos. É obra. É impressionante. Continua a desrespeitar esta Assembleia e a democracia local. Fizemos várias perguntas sobre a Escola Homem Cristo, que saibamos, não há questões judiciais relativamente à Escola Homem Cristo, zero respostas, nem referiu a Escola Secundária Homem Cristo. Nós pretendemos que todas as nossas intervenções nesta Assembleia Municipal fiquem registadas em ata. O Senhor Presidente também disse que o nosso propósito, nosso, é ver esta cidade bloqueada, estou a citar. O que bloqueia a solução para o Cais do Paraíso não é o funcionamento do Estado de Direito. O que bloqueia é a ressurreição num plano de pormenor, cuja execução a justiça suspendeu. O Senhor Presidente, depois disse, volto a citar, aguardamos serenamente, mas o problema é esse, é aí que está o bloqueio, no aguardar serenamente, em vez de apresentar uma solução viável para o Cais do Paraíso. Não respondeu a uma única pergunta. O segredo de justiça não impede de dizer o que foi pedido ao município, nem o motivo das buscas. Não se atira assim areia para os olhos dos aveirenses. A Câmara opôs-se ou não à suspensão decidida pelo tribunal. Foi pelo o tribunal, não foi pelo Ministério Público. O Ministério Público pediu a suspensão e o tribunal decretou. O Executivo opôs-se ou não? Eis a questão. Finalmente, gostávamos de perceber qual é o critério para a elaboração do relatório de atividade da Câmara. Há meras referências ao Cais do Paraíso ou à Escola Secundária Homem Cristo, que não são questões menores, mas há um ponto inteiro, o 38, dedicado à, vou citar, presença no jogo amigável entre a AD Requeixo e a AD Nariz. Nós gostávamos de perceber porque é que a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, num jogo amigável, por mais interessante que seja, e nós admitimos que seja, porque é que isso merece registo no plano de atividades da Câmara Municipal de Aveiro, mas o Senhor Presidente não encontra espaço para responder a uma questão sobre o plano de pormenor do Cais do Paraíso, construção de 3 torres com 12 pisos na zona ribeirinha, nem encontra tempo para responder a uma pergunta sobre a Escola Secundária Homem Cristo. Quanto custam as obras? São possíveis? Quanto custa a escola nova? Quais são os pareceres que suportam a decisão? Vai-se retirar espaço à escola João Afonso ou não? O que é que vai acontecer ao edifício da atual Escola Secundária Homem Cristo? São perguntas muito concretas, não há segredo de justiça nenhum. Porque é que o Senhor*

*Presidente não responde a uma pergunta? Porque é que continua a desqualificar o debate? Porque é que põe em causa a democracia, não respondendo a uma única pergunta?”*

**Vogal Fernando Manuel Martins Nogueira (PS)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [45](#)

*“Senhor Presidente, só completar um pouco o raciocínio da Dra. Cláudia para dizer que eu nunca usei a figura do protesto, nunca usei, mas hoje só me contive, eu acho que é difícil dizer-lhe isto desta maneira, mas é difícil admitir-lhe a si que diga que as minhas preocupações sobre o que se está a passar são fétiches. Se não quer dar informação sobre os processos, é uma coisa. Há muitas perguntas associadas aos processos que não são por bloqueio, mas que são preocupação genuína sobre, inclusivamente sobre o contrato da lota. Não me respondeu ao autocarro bar, aquilo que lá está corresponde ou não? Por isso, não são informações confidenciais. Se acha bem que o que o plano da ação climática continue a ter zero nas GOP. Por isso, nós temos um problema em Aveiro, sabe? É que nós não temos nenhum problema de tráfego, as pessoas é que não andam às horas que deviam. E é esta atitude que o Senhor vai passando, que nos preocupa, é que nós estamos a dizer-lhe que há problemas e o Senhor, em vez de os de enfrentar, diz que em Aveiro não há problemas, os problemas são é que as pessoas não andam a horas e se andassem a horas logo a seguir era maravilhoso. Foi o que o Senhor disse relativamente às escolas. E por isso, é o mesmo que dizer que a política de habitação, a que o Senhor deu tão pouca importância, e que diz que está a dar muita até está a fazer aí um projeto, a anunciar uma coisa Eu aconselhava-o e, se quiser, eu passo umas horas consigo a vermos qual é a expectativa das consequências do pacote, do pacotão, que foi assim que foi chamado, do choque fiscal para habitação para percebermos que a maior parte dos agentes que estão envolvidos no processo, considera que os resultados vão ser nulos para a parte mais abaixo da classe média com influência e poder económico. E por isso, se pensa que o abaixamento nos valores da habitação vai produzir resultados em Aveiro, porque Aveiro é um dos picos do preço de habitação, está mal aconselhado ou está mal informado e eu acho que nós devemos ter esta discussão também.”*

**Vogal Joaquim Manuel da Silva Marques (PPD/PSD)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [46](#)

*“A primeira questão é fazer aqui uma correção, se calhar foi interpretação errada da parte do Senhor Presidente. Em momento algum eu referi que este estudo para a reorganização da estrutura da Câmara implicaria despedimentos. Nunca me passou pela cabeça, não estava lá sequer isso. A minha preocupação, aliás, eu perguntei, é se nós tínhamos pessoal suficiente. E porque é que se tendo pessoal suficiente, não conseguimos responder às solicitações que são feitas aos serviços. E eu disse que tinha aqui uma informação que me chegou aos ouvidos, que também não sei dizer se isto corresponderá exatamente à verdade, mas se calhar até é capaz, e isso é que me preocupa muito. Porque chegou-me a informação e eu vou dizer claramente, chegou-me a informação de que cerca de 35 a 40% dos funcionários estão de baixa. Ora, isto é qualquer coisa que é extraordinário. Não há organismo, não há empresa que subsista com um terço, no mínimo,*

*um terço do seu quadro, não está a trabalhar, porque está de baixa. Temos alguma pandemia ou epidemia dentro dos nossos serviços, que o pessoal fica todo doente? O que é que se passa? E nós, acho que devemos saber se se passa isto ou não. Porque, se assim for, há medidas que têm que ser tomadas. As pessoas não podem viver eternamente 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10 anos em sistema de baixa, só porque estamos no funcionalismo público. Porque se for no privado, ele está um mês de baixa, ao final do mês está a ser chamado à junta médica. E conseguem mandar trabalhar um indivíduo que está com cancro terminal. É só essa a minha preocupação, Senhor Presidente.”*

### **Da Câmara Municipal**

#### **Presidente da Câmara: [47](#)**

*“Muito rapidamente, também não tenho muito tempo, dizer o seguinte. O jogo amigável Requeixo-Nariz, nós demos-lhe aqui, estive aqui a ver e acho que foram quatro frases ou cinco, não sei. Acha de mais, acha de menos? Foi um grande jogo e mostrou que temos os nossos lugares vivos, atuantes e é simbólico, sabe? É simbólico, ficaram muito contentes de ver a um Presidente da Câmara a assistir a um dérbi local. Aquilo foi bem visto e gostaram, e eu fiz questão de lá ir como vou e irei a outros e a outros jogos e a outras modalidades. Porque olhe, para já é onde eu me sinto muito bem, é junto do povo. E, portanto, para mim isso é tão importante como outros tema. As referências que estão aqui no relatório de atividades, evidentemente que, em relação, por exemplo, outra vez à questão do PP do Paraíso, todos sabemos que não houve aqui evolução nenhuma. O que houve e a notícia que foi dada foi que a Câmara Municipal, por força aqui de uns colegas fez aquela proposta que depois aqui na Assembleia não foi aceite, é só essa referência, não há mais considerandos, porque esses considerandos todos já foram feitos. A Assembleia Municipal debateu, claro a Senhora Deputada não estava aqui, tem essa desculpa que não estava, não fazia parte, mas o órgão Assembleia Municipal de Aveiro debateu este plano com documentação que foi presente a todos, é bom recordar isto, isto não é novidade nenhuma, o que é novidade é tudo isto que anda aqui à volta desta situação. Sobre os regulamentos, os regulamentos estão a ser trabalhados, Senhora de deputada, este ano têm que ficar prontos. Os dois regulamentos que aqui foram falados, há passos legais que têm que ser preenchidos, há períodos de consulta pública, deem as vossas contribuições, porque não? É uma coisa que acontece muito, os regulamentos estão em consulta pública, vai-se a ver e não têm quase contributo nenhum. Deem os contributos e depois de respeitados os prazos, será avançada a proposto e, naturalmente, têm que vir aqui, têm que vir este ano. Concordo consigo, Senhora Deputada e como disse há bocado, em total sintonia em relação a essa preocupação.”*

### **Ponto 2 – Apreciação e deliberação da integração de imóveis em domínio público municipal por construção de arruamento público em Eixo – Freguesia de Eixo e Eirol**

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do ponto.

### **Da Câmara Municipal**

**Presidente da Câmara:** [49](#)

*“Portanto, trata-se aqui de uma formalidade, o processo já tem algum tempo, foram feitos acordos, foram cumpridos e, portanto, nesse sentido a proposta que vem aqui, e é obrigatório que venha à Assembleia é, de facto, de a Câmara Municipal fazer aquilo que compete no fundo e à Assembleia e afetar agora estas parcelas resultam de todo esse processo, enfim, longo, agora ao domínio público municipal. Portanto, está em causa uma zona industrial, houve o acordo, escrituras de permuta e agora trata-se apenas disso, a passagem ao domínio público municipal como previsto.”*

**Membros da Assembleia**

**Vogal Bruno Miguel dos Santos Fonseca (LIVRE)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [51](#)

*“O LIVRE regista o quanto o Executivo é eficiente quando se trata de abrir arruamento. O que os aveirenses não compreendem, Senhor Presidente, é por que razão essa mesma rapidez e eficiência não existe para criar oferta de habitação acessível e resolver problemas mais urgentes no nosso concelho. Pergunto-lhe que terrenos municipais estão hoje efetivamente identificados e calendarizados para projetos de habitação pública? E não os que vai prometendo aqui ou ali, quando lhe convém. Eu gostaria de uma resposta bem rápida, cinco segundos devem-lhe dar. E reforço que Aveiro precisa de ruas, isso concordo, precisa. Mas precisa, sobretudo, sabe de quê, Senhor Presidente? De casas para quem cá quer viver e trabalhar. Só assim é que nós construímos uma cidade com acesso a serviços, a espaços verdes. Só assim, uma cidade pode ser mesmo uma cidade. Não sei se sabe o que é a definição de cidade, mas acho que preferia que fosse ao dicionário, visse e depois viesse para esta assembleia com essa definição em mente e pudesse depois responder a todas as perguntas que são lhe colocadas aqui.”*

**Vogal Catarina Maria Dias Pinheiro Peralta Feio (PS)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [52](#)

*“O Partido Socialista votará favoravelmente esta proposta de afetação das parcelas ao domínio público municipal, na sequência da permuta celebrada com a empresa RODI Industries SA. No entanto, não podemos deixar de sublinhar um facto que é politicamente relevante. Este processo iniciou-se em 2020 e estamos em 2026. Passaram mais de cinco anos até estarmos a formalizar um ato que, na prática, já está concluído desde 2021. Cinco anos para concluir um procedimento administrativo, parece que podia ter sido tratado com maior celeridade. E esta é a primeira vez que referimos, neste mandato, a União de Freguesias de Eixo-Eirol na Assembleia Municipal e repare-se, não para projetar o futuro, mas para tratar de um ato administrativo que estava pendente, desde há dois mandatos autárquicos. Esperamos que, no futuro, sejam apresentados mais pontos relativos à União de Freguesias de Eixo-Eirol, mas que estes tenham mais impacto na vida dos fregueses. É urgente requalificar vias que há demasiado tempo aguardam intervenção, intervir seriamente na Nacional 230, que carece de requalificação e melhores condições de segurança. Note-se que está a aguardar intervenção desde 2018. Garantir passeios e condições de segurança pedonal nas Freguesias de Eixo-Eirol, nomeadamente na zona*

*central de Eixo, onde ainda há ausência de infraestrutura básica, se calhar, na Assembleia Municipal também temos que melhorar a pedonalidade, onde ainda há falta de infraestrutura básica e ausência de passeios seguros. Valorizar e cuidar os Montes de Azurva que tem um potencial de ser um espaço importante e de lazer e fruição pública da freguesia e reforçar a manutenção dos vários espaços verdes e a limpeza regular das vias, algo que os fregueses de Eixo-Eirol se vêm a queixar frequentemente. E garantir, sim, respostas para a infância em Eirol. Não podemos aceitar que as famílias de Eirol sejam obrigadas a procurar soluções para os seus filhos noutros concelhos, por falta de resposta local. Isto não são pedidos excessivos, são necessidades básicas de uma freguesia que também contribui para o desenvolvimento económico do concelho. A coesão territorial não pode ser um slogan em tempos de campanha, um município coeso faz-se com vontade política e com capacidade de execução. Eixo-Eirol não pode continuar à espera. O Partido Socialista vota assim favoravelmente esta proposta, mas não deixa de afirmar com clareza: a freguesia merece mais atenção, mais investimento e mais compromisso político.”*

### **Da Câmara Municipal**

#### **Presidente da Câmara:** [53](#)

“Do Partido LIVRE. Eu vou-lhe dizer uma coisa, eu sou de um partido que é o Partido Social Democrata e nós defendemos os trabalhadores, sabe? E o que está aqui em causa era só isto, é uma proposta. Bem dito, demorou muito tempo, como disse a Senhora Deputada Catarina Feio, realmente demorou muito tempo. Há processos que demoram tempo. No outro dia apareceu-me um processo ainda do tempo de um anterior Presidente, mas muito anterior, coisas que ainda para aí, é possível uma coisa destas. Portanto, realmente demorou muito tempo, não é pouco tempo que o Senhor Deputado estava a dizer, estamos aqui a falar, pelo menos, de seis anos e acha que nós despachamos este mais do que a habitação ou o que quer que seja. Realmente, Senhor Deputado, isto é mesmo defender os trabalhadores, porque quando se dá um ato como este, que foi um acordo para que uma empresa que emprega mais de 300 trabalhadores, isso é que devia preocupar o Senhor Deputado que diz defender os trabalhadores e não os defende. Haja alguém aqui nesta assembleia que venha para aqui defender os trabalhadores, porque já não têm. O Bloco de Esquerda foi embora, o Partido Comunista foi embora, o LIVRE faz estas intervenções assim, quando estão em causa, realmente, uma empresa e postos de trabalho. Nós defendemos os trabalhadores, estamos cá, somos PSD e CDS e democratas-cristãos e se mais ninguém defende os trabalhadores, nós defendemos. E, portanto, esta proposta era apenas e só um ato final, esperamos, de passagem para o domínio público municipal, não tem nada a ver com temas de habitação. E Senhora Deputada Catarina Feio, também, não tem nada a ver com tudo o resto. Um dia vamos aqui falar sobre desenvolvimento de Eixo-Eirol e outros, mas aqui só estava em causa esta formalidade. Não confundamos as coisas.”

### **Membros da Assembleia**

**Vogal Nuno Teixeira Lopes Tavares (CHEGA)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [55](#)

*“Eu protesto na medida em que o Senhor Presidente, talvez inadvertidamente, estreitou a lógica e a política da defesa dos trabalhadores a três partidos aqui representados. Eu, independentemente, de representar o CHEGA que defende os trabalhadores. Eu próprio passei a minha vida a defender o interesse dos trabalhadores, quer em Aveiro, quer na Covilhã, quer em Angra do Heroísmo, quer na Horta. Mais, era delegado do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência quando se deu o 25 de Abril e sempre me tendo afirmado como um homem de direita, mesmo nas alturas em que diziam que eram piores do que foram, mais duras, fui o único delegado e INTP que não foi, entre aspas, saneado. Desempenhei até ao fim as minhas funções, fui sempre confirmado pelos vários Governos, pelos vários Ministros do Trabalho.”*

**Vogal Bruno Miguel dos Santos Fonseca (LIVRE)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [56](#)

*“Só para esclarecer umas coisas com o Senhor Presidente, não diga que o LIVRE ou na minha pessoa, não defendemos os trabalhadores, não seja desonesto, por favor. Esta proposta e nós nunca dissemos nada contra esta proposta, aqui do ponto 2, que até vamos votar favoravelmente. O que nós estávamos a criticar durante a nossa intervenção é a falta de honestidade e a falta de prioridade que este Executivo tem. A crítica que nós fizemos não é a proposta, nós vamos votar favoravelmente esta proposta. A crítica é dois pesos e duas medidas. As prioridades trocadas por este Executivo, isso é a nossa crítica, porque existe uma permuta, muito bem que existe. Outra coisa é outras prioridades que não têm o mesmo nível de ação por parte do Executivo. Isso é nossa crítica, porque o Senhor Presidente Luís Souto gosta muito de apresentar palavras para o ar, gosta de atirar barro para a parede. Eu aprendi com os meus familiares e a minha criação que atirar barro para à parede, pode dar para alguma coisa, mas o seu barro já é atirado seco, ou seja, não acontece nada. Acho que deveria ter mais atenção quando olha para os problemas e qual é a prioridade que tem de dar esses problemas. Não estamos aqui a brincar ao faz de conta. Estamos a falar aqui e a fazer aqui e a decidir coisas para a vida dos aveirenses. Não podemos vir para aqui fazer chacota ou andar a brincar do vai e volta.”*

**Vogal Catarina Maria Dias Pinheiro Peralta Feio (PS)** - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [57](#)

*“Peço desculpa, mas apenas um reparo. Nós não podemos permitir que a intervenção seja apelidada de descontextualizada, quando é ao contrário que se trata. Este é um exemplo administrativo de algo que se prolongou e que se foi atrasando, mas existem muitos exemplos, nomeadamente na Freguesia de Eixo-Eirol que sofrem do mesmo mal, vão atrasando, são promessas que ficam por fazer e o Partido Socialista também está aqui para fazer esse reparo e para, em conjunto, trabalharmos e encontrar as soluções e de encontrar a obra feita no Município, porque os fregueses não podem esperar 5, 10 anos para verem obras e promessas, eventualmente, a serem realizadas. E relativamente à discussão sobre o trabalho, esta discussão, evidentemente, que não é sobre o trabalho nem os trabalhadores, nem sobre a sua defesa, não é necessário vir cá fazê-lo. E o Partido*

*Socialista, não tem de vir cá fazer a defesa da sua honra nesta matéria, porque o seu legado político nessa área, na área do trabalho e da defesa de trabalhadores fala por si.”*

### **Da Câmara Municipal**

#### **Presidente da Câmara:** [58](#)

*“Realmente, Senhor Deputado Bruno Fonseca, eu acho que há aqui qualquer questão que nem sequer se entende, porque o Senhor Deputado argumenta que nós estamos a dar prioridade, quando acabámos de ver e foi referido que foi um processo longo e que demorou, já estamos para aí há 6 anos, pelo menos. Portanto, não faz sentido. Claro que a habitação é uma prioridade, todos sabemos, mas resolver questões e que vão aparecer aqui várias, às vezes, com vários anos, porque têm passos difíceis, são espaços da lei da contratualização, muitas vezes dos pareceres, da conflitualidade. Isto vai acontecer, mas realmente até um exemplo que é exatamente ao contrário, demorou muito tempo. Agora estabelecer boas condições para as nossas empresas se fixarem, se desenvolverem, criarem postos de trabalho, era isso que eu queria dizer, sim, é uma prioridade para nós e, sim, é defender os trabalhadores. Senhora Deputada Catarina, há questões que há muito tempo em Eixo-Eirol, é verdade, o Partido Socialista também lá esteve muitos anos, se calhar não resolveu aquilo que era preciso e nós tivemos que ir começando a resolver. Olhe é destas coisas. Como toda a gente sabe, não é por acaso que nós ficámos no passado mandato com todas as freguesias do nosso lado, consequência de problemas, adiamentos, soluções para as populações.”*

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação [59](#) o seguinte ponto:

**Ponto 2 – Apreciação e deliberação da integração de imóveis em domínio público municipal por construção de arruamento público em Eixo – Freguesia de Eixo e Eirol - proposta aprovada por unanimidade, com 37 (trinta e sete) votos a favor (PSD16+CDS5+PS10+CHEGA3+IL2-LIVRE1), 0 (zero) abstenções e 0 (zero) votos contra, na sequência da deliberação tomada na reunião extraordinária da Câmara Municipal, realizada em 12/12/2025, que é do seguinte teor: “No seguimento da proposta DCP - Património n.º 016/2025, elaborada pela Subunidade Orgânica Património, da Divisão de Compras e Património, intitulada “INTEGRAÇÃO DE IMÓVEIS NO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL POR CONSTRUÇÃO DE ARRUAMENTO PÚBLICO EM EIXO - FREGUESIA DE EIXO E EIROL”, subscrita pelo Sr. Presidente, a 9 de dezembro de 2025, e considerando que:**

*1. A 6 de agosto de 2020 foi celebrado, entre o Município de Aveiro e a “RODI – Industries, S.A.”, doravante designada por RODI, o Contrato-Promessa de Permuta de Terrenos, e, em sequência, a 10 de setembro de 2021, a Escritura de Permuta, exarada no Lv. 382-G, fls. 58 a 61, do Cartório Notarial do Dr. António Amaral Marques, com o seguinte propósito:*

*1. do Município ceder e transferir à RODI, para integração no seu equipamento industrial, a área de 2.607 m<sup>2</sup>, resultante de desafetação do Domínio Público Municipal, ex-Rua D. Gonçalo Viegas, em Eixo;*

II. da RODI ceder e transferir para o Município de Aveiro quatro parcelas de terreno, com a área global de 7.895 m<sup>2</sup>, e executar, nas mesmas, o futuro novo arruamento, cumprindo o Projeto de Execução, aprovado pela Câmara Municipal de Aveiro, na sua reunião de 16 de julho de 2020, garantindo, assim, o restabelecimento das ligações viárias pré-existentes.

2. Decorre da Cláusula Quinta do Contrato-Promessa a obrigação do Município proceder à desafetação do domínio público para o seu domínio privado do prédio com a área de 2.607 m<sup>2</sup>, melhor identificado na Cláusula Segunda do referido Contrato-Promessa, bem como proceder a afetação das parcelas de terreno, com a área total de 7.895 m<sup>2</sup>, e melhor identificadas na Cláusula Terceira do mencionado Contrato-Promessa, ao domínio público municipal;

3. Em sessão extraordinária da Assembleia Municipal, realizada a 30 de julho de 2020, foi deliberada a desafetação do domínio público municipal do troço da Rua D. Gonçalo Viegas, transversal à Rua da Indústria (ex-EN 230-1) que medeia as instalações da RODI;

4. Nestes termos, procedeu o Município ao registo da parcela de terreno, com a área de 2.607,00 m<sup>2</sup>, inscrita na matriz urbana sob o artigo 3169-P e Descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 6785, da Freguesia de Eixo e Eirol, para efeitos do estipulado na alínea A) da Cláusula Quinta do Contrato-Promessa;

5. Por sua vez, a RODI procedeu à desanexação das parcelas de terreno a ceder ao Município, para efeitos de afetação das mesmas ao domínio privado municipal, conforme Escritura de Permuta e de acordo com o quadro infra:

N.º de Inventário	Artigos Urbanos da Freguesia de Eixo e Eirol	CRP - Eixo	Área (m <sup>2</sup> )
2750	3177	6790	18,00
2751	3183	6791	2.870,00
2752	3182	6792	3.045,00
2753	3181	6793	1.962,00
Área Total a integrar no Domínio Público Municipal			7.895,00

6. Assim, resulta que os prédios ora cedidos pela RODI se encontram integrados no ativo municipal desde a outorga da Escritura de Permuta.

Considerando, finalmente, que, nos termos da alínea B) do Contrato-Promessa e da Escritura de Permuta, é necessário afetar as parcelas de terreno cedidas, na área total de 7.895,00 m<sup>2</sup>, ao domínio público municipal, porquanto as obras relativas ao novo arruamento periférico, executadas pela RODI, se encontram concluídas, desde 9 de setembro de 2021, conforme atesta o Auto de Receção Provisório, foi deliberado, por unanimidade, nos termos da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e tendo por base o teor da informação técnica n.º 113/DCP-P/11-2025, da Divisão de Compras e Património - Património, anexa à proposta como doc. 1 e para a qual se remete, e respetivo parecer da Chefe de Divisão, submeter à Assembleia Municipal a afetação das parcelas de terreno cedidas, com os n.ºs

*de Inventário: 2750, 2751, 2752 e 2753 ao domínio público municipal, ao abrigo do disposto da alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º, da citada Lei.”*

**Não tendo mais conteúdo na ordem-do-dia, o Presidente da Mesa, nos termos dos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante à reunião da Sessão, não se verificando oposição.**

**Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.**

**Submetida à votação, a ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, [cujo](#) texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.**

**De seguida o Presidente deu por encerrada a sessão ordinária em fevereiro, eram 23:45 horas do dia 23 de fevereiro de 2026.**

**Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva sessão, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, \_\_\_\_\_ (Teresa Oliveira Bonifácio), Técnica Superior da Divisão de Atendimento Público e Apoio aos Eleitos Locais | Subunidade Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal.**

**O Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro,**